

TRIBUNAL DE CONTAS
DO ESTADO DO CEARÁ

2020
2023

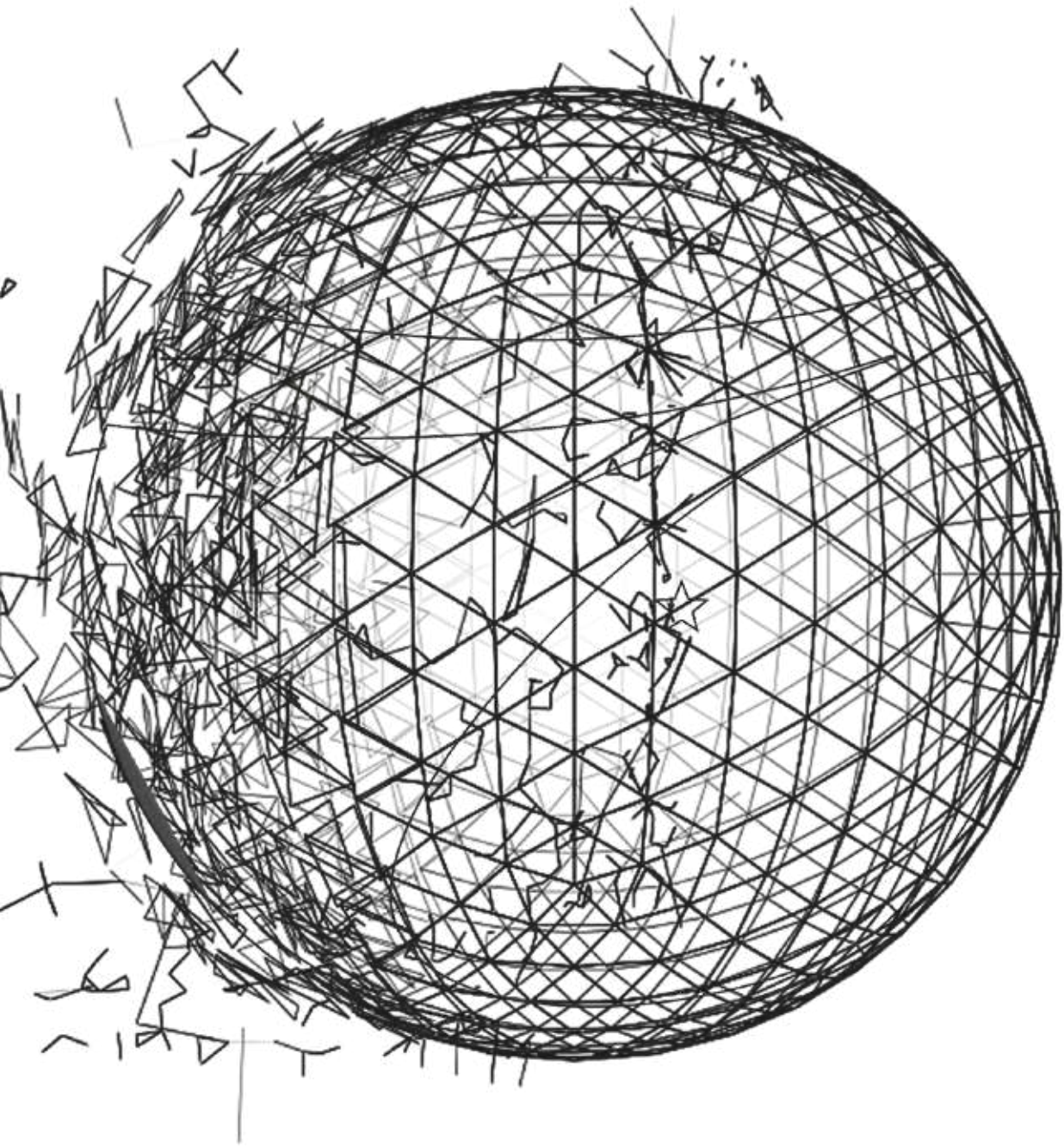




*TRIBUNAL DE CONTAS
DO ESTADO DO CEARÁ*

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO CEARÁ
PRESIDENTE JOSÉ VALDOMIRO TÁVORA DE CASTRO JÚNIOR
2020 - 2023

FORTALEZA, 2023



COMPOSIÇÃO

Conselheiro Presidente

José Valdomiro Távora de Castro Júnior

Conselheiro Vice-Presidente

Edilberto Carlos Pontes Lima

Conselheira Corregedora

Patrícia Lúcia Mendes Saboya

Conselheiro Ouvidor / Diretor-Presidente do IPC

Ernesto Saboia de Figueiredo Júnior

Conselheiros

Luís Alexandre Albuquerque Figueiredo de Paula Pessoa

Soraia Thomaz Dias Vítor

Rholden Botelho de Queiroz

Conselheiros Substitutos

Itacir Todero

Paulo César de Souza

David Santos Matos

Fernando Antônio Costa Lima Uchôa Júnior

Manassés Pedrosa Cavalcante

MINISTÉRIO PÚBLICO ESPECIAL JUNTO AO TCE CEARÁ

Procuradora-Geral

Leilyanne Brandão Feitosa

Procuradores de Contas

Júlio César Rola Saraiva

Gleydson Antônio Pinheiro Alexandre

Eduardo de Sousa Lemos

José Aécio de Vasconcelos Filho

Cláudia Patrícia Rodrigues Alves Cristino



CORPO DIRETIVO

Secretário de Governança

José Auriço Oliveira

Secretário de Controle Externo

Carlos Alberto de Miranda Nascimento

Secretário de Sessões

Frank Martins Tavares Filho

Secretário de Serviços Processuais

Fernando Antônio Diogo de Siqueira Cruz

Secretária de Administração

Silvânia de Oliveira Chaves Brilhante

Secretária de Tecnologia da Informação

Maria Cairamir Arruda Braga

Chefe de Gabinete da Presidência

Juliana Cardoso Lima Banhos Pinheiro

Chefe da Procuradoria Jurídica

Lílian de Castro e Silva Menezes do Vale

Controlador

Felipe Jorge Ferreira Koury

Coordenadora de Comunicação Social

Kelly Cristina Caixeta de Castro

Diretor-Geral do Instituto Plácido Castelo – IPC

Luís Eduardo de Menezes Lima

EXPEDIENTE

Edição

Kelly de Castro

Projeto Gráfico / Diagramação

Jessica Pereira

Produção / Imagens

Assessoria de Comunicação Social

Consolidação das informações

Auriço Oliveira

Bernardo Sanford

Juliana Lima

Liana Brandão

Revisão ortográfica

Discovery Serviços Profissionais Ltda.

Impressão

Gráfica Êxito

Dados internacionais de catalogação na Fonte
Biblioteca Ministro Raimundo Girão

C387t Ceará. Tribunal de Contas.
Tribunal de Contas do Estado do Ceará: 2020-2023. / Tribunal de
Contas do Estado do Ceará. – Fortaleza: TCE-CE, 2023.

191 p. : il.
ISBN: 978-65-980276-0-5 (impresso).

1. Tribunal de Contas - Gestão. 2. Tribunal de Contas – Ceará. I.
Tribunal de Contas do Estado do Ceará. II. Título.

CDU.: 336.126.55(813.1)



Com a palavra, **o Presidente**

Exercer o cargo de Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Ceará por duas gestões subsequentes (2020 a 2023) representou um compromisso desafiador e igualmente gratificante, tanto na qualidade de servidor público quanto como cidadão brasileiro. Atuar diariamente em prol de um ideal sensível e gerador de impacto positivo na vida de todos os cearenses é um estímulo ao cumprimento da relevante missão do Tribunal.

Durante todo o período, tivemos a oportunidade de acompanhar o desenvolvimento do Estado e dos municípios e o aprimoramento das políticas públicas voltadas ao bem comum da sociedade. À frente da Corte de Contas, intensificamos as atividades do controle externo, seja de orientação, de fiscalização ou de julgamento, realinhando estrategicamente sua atuação em um mundo pós-pandemia, na certeza de que tais ações moldam o presente e definem o futuro, com o firme propósito de melhorar a qualidade de vida das pessoas.

Com o olhar atento a tudo o que foi realizado, podemos assegurar que o Tribunal de Contas do Ceará está em consistente transformação e elevação do nível de maturidade governamental. A atuação das instâncias de governança institucional foi intensa e subsidiou as principais tomadas de decisão, coordenando relevantes ações que possibilitaram a continuidade da prestação de serviços, mesmo durante momento de crise mundial de enfrentamento à pandemia.

Ampliamos a capacidade de julgamento por meio do aprimoramento do Plenário Virtual, contemplando todas as espécies processuais de controle externo, aperfeiçoamos a forma de trabalho, investimos nas pessoas, nos processos e em tecnologia da informação, na era digital, assim como

adotamos novas formas céleres, efetivas e transparentes de comunicação com a sociedade e os jurisdicionados.

O Tribunal de Contas do Ceará conquistou um relevante crescimento institucional e empreendeu significativos esforços, que resultaram na evolução das fiscalizações, baseadas nos critérios da matriz de risco, da seletividade e nos apontamentos da área de informações estratégicas e operações especiais, e, com isso, fomentamos a ampliação do número de processos instruídos, apreciados e julgados, com qualidade e tempestividade.

Somente em 2023, foram empreendidas 100 fiscalizações em 70 municípios e 14 órgãos estaduais, que envolvem um montante de R\$ 14.070.426.544,37 em recursos públicos. Entre janeiro de 2020 e junho de 2023, foram realizadas 533 sessões de julgamento, somadas as virtuais e as presenciais. Neste intervalo, foram analisados e julgados expressivo quantitativo de 40.742 processos, fruto do empenho coletivo de todos os membros e servidores que integram o órgão.

O corpo de gestores do Tribunal foi incansável na busca da visão institucional de ser reconhecidamente uma instituição de excelência no controle e aprimoramento da Administração Pública. Encerramos o ano de 2023 finalizando 24 dos 25 projetos estratégicos que estavam contemplados no Plano Estratégico 2021/2026, que serão mencionados ao longo deste livro.

A inovação foi outro ponto de destaque em todas as áreas. Investimos recursos em modernos equipamentos e sistemas avançados de tecnologia, fortalecendo a transformação digital, a segurança e os serviços de TI. O Tribunal integrou todas as suas atividades em único espaço físico, com estruturas ideais a uma prestação de serviço de elevada grandeza.

Nossos programas de capacitação, com destaque para o TCEduc, chegaram aos 184 municípios do Estado, beneficiando cerca de 5 mil pessoas somente no ano de 2023. Além disso, com iniciativa pioneira da



Escola de Contas do Tribunal, estamos presentes na grade curricular do ensino médio das escolas públicas estaduais como disciplina eletiva “Cidadania e Controle Social das Contas Públicas”. No ano de 2022, inauguramos o espaço da subsede do Instituto Rui Barbosa (IRB), considerada a Casa do Conhecimento dos Tribunais de Contas.

O Tribunal tem se comprometido e impulsionado agendas de grande relevância, como a da sustentabilidade. Nos últimos anos, concentramos esforços na disseminação dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, da Agenda 2030 da ONU, inclusive com a consolidação do Selo TCE Sustentável, que estimula a adoção de práticas sustentáveis por parte dos órgãos públicos estaduais e municipais.

Somos cientes do nosso dever de prestar contas à sociedade, cada vez mais atenta, participativa e consciente do seu papel social. O TCE Ceará mantém firme seus valores de ética, transparência, efetividade, cooperação, respeito às pessoas, sustentabilidade e inovação. Valorizamos o ser humano e vamos continuar contribuindo para a melhoria das políticas públicas, incentivando a integração e a parceria com outras instituições, o desenvolvimento da governança e da inovação, e a aproximação com a sociedade civil.

Expresso minha gratidão pelo apoio inestimável recebido nessa caminhada de todos os conselheiros, conselheiros substitutos, procuradores de contas, servidores, colaboradores e estagiários. Nossas conquistas são, acima de tudo, visando o bem maior para a sociedade. Como conselheiro, reitero meu compromisso de continuar trabalhando firme por mais avanços. Sempre com ética, seguiremos vivenciando nosso propósito de cuidar do que é de todos, melhorando vidas.



Sumário

Sumário

Sumário

**GOVERNANÇA E
GESTÃO**

12
12
12

AÇÕES DE CONTROLE

58
58
58

JULGAMENTO

102
102
102

**TRANSFORMAÇÃO
DIGITAL E INOVAÇÃO**

112
112
112

**ESTRUTURAÇÃO
FÍSICA E VIRTUAL**

142
142
142

CAPACITAÇÃO

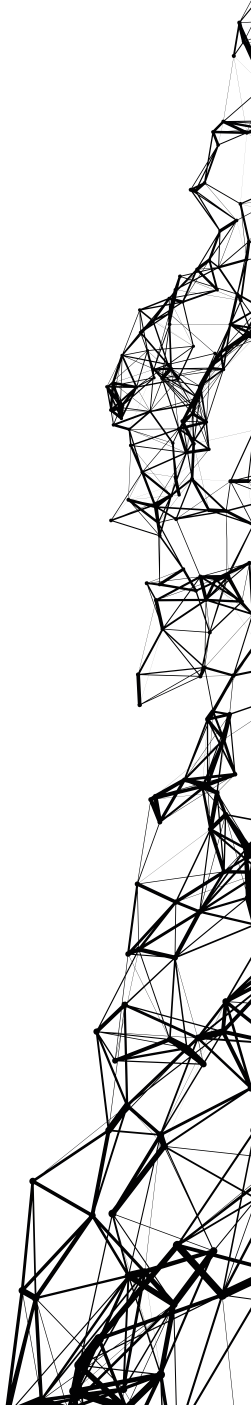
156
156
156

TRANSPARÊNCIA

174
174
174

LINHA DO TEMPO

188
188
188



The background is a dark blue gradient. It features several large, faint gear outlines. On the right side, there is a complex network of glowing blue nodes connected by thin lines, resembling a digital or social network. The text 'GOVERNANÇA E GESTÃO' is prominently displayed in the center-left in a bold, white, sans-serif font. Below the text, there is a horizontal row of six small squares in varying shades of blue and teal.

GOVERNANÇA E GESTÃO







Consolidação da Governança Institucional

O Tribunal amadureceu e consolidou seu Sistema de Governança Institucional, por meio da evolução dos mecanismos de liderança, estratégia e controle, sempre alinhados ao tema da sustentabilidade econômica, social e ambiental, para exercer sua **missão** em benefício da sociedade.

A instituição enfrentou desafios no período da pandemia, mas atuou firme, com o **propósito** de “cuidar do que é de todos, melhorando vidas”, amparada pelas boas práticas de governança, melhoria da comunicação, foco em integração das pessoas e unidades e compartilhamento de decisões, o que gerou o aperfeiçoamento da gestão em todas as áreas.

Como fruto desse esforço, observou-se o desdobramento da governança nas diversas áreas da Corte de Contas, por meio dos comitês especializados, que levaram à evolução dos processos de gestão de pessoas, de TI, das contratações, implementação de processos de gestão de riscos e de integridade, sempre alinhados ao **novo plano estratégico** formulado para o ciclo 2021-2026, o primeiro realizado após o Tribunal de Contas do Estado do Ceará absorver as atribuições do extinto Tribunal de Contas dos Municípios do Ceará.

Destaca-se ainda o protagonismo e a atuação intensa do **Comitê de Governança Institucional**, formado por representantes dos membros, secretarias e unidades do





Tribunal, sob a coordenação da Presidência. Durante todo o período, coube ao Comitê **analisar, orientar e monitorar** o estabelecimento de **estratégias** e mecanismos de **controle** para direcionar ações e alcançar os resultados pretendidos, inclusive nas situações de crise, como exemplo a pandemia, considerando as deliberações das principais lideranças.

Reestruturação Administrativa

Nesse ciclo de gestão, um dos primeiros aprimoramentos da estrutura organizacional da Corte de Contas teve por objetivo otimizar os fluxos processuais e prover maior suporte aos julgamentos. A então Secretaria-Geral foi dividida em **Secretaria de Sessões**, encarregada de assessorar os membros nas atividades relacionadas aos julgamentos, e em **Secretaria de Serviços Processuais**, com as atribuições de gerenciar o trâmite processual, as comunicações e controle dos prazos processuais.

Outro aprimoramento foi criação da **Secretaria de Governança**, responsável por auxiliar a presidência na coordenação da execução das ações relacionadas ao Sistema de Governança Institucional, incluindo a interlocução com o Comitê de Governança. O objetivo principal é o de elevar continuamente o nível de maturidade do Tribunal quanto aos mecanismos de liderança, estratégia e controle, por meio do acompanhamento do planejamento estratégico, da gestão de projetos e processos, da gestão do orçamento, da gestão de informações, do desenvolvimento organizacional. Coube à unidade coordenar a implementação de projetos



e processos previstos no Plano Estratégico de Governança, tais como diagnósticos de maturidade, gestão de riscos, integridade e desdobramento da governança em outras áreas de conhecimento.

A Secretaria de Governança atuou na definição e acompanhamento mensal do Portfólio de Projetos priorizados para 2020/2023 e foi responsável pela elaboração das Notas Técnicas com orientações sobre procedimentos para implantação do regime de Teletrabalho. Coube à área coordenar os trabalhos de consolidação dos sistemas e normativos para atualizar a gestão de soluções de tecnologia da informação e de atualização dos portais de informação da Corte de Contas – Portal Institucional, da Transparência, de Sistemas e Consultas dos Municípios e a Intranet.

Nesse período, para exercer a tempestiva fiscalização e orientação da aplicação dos recursos públicos, a atividade finalística do controle externo passou por intensas transformações. A **Secretaria de Controle Externo** foi reestruturada, aperfeiçoando a estrutura de gestão para atendimento mais célere das demandas e propiciando melhor distribuição das equipes e maior flexibilidade de atuação.



Destaca-se a criação da Secretaria-Executiva de Fiscalização, Secretaria-Executiva de Planejamento, Monitoramento e Avaliação do Controle Externo, Assessoria de Instrução de Cautelares e Assessoria de Apoio ao Controle Externo, Diretorias de Fiscalização de Atos de Gestão e de Fiscalização de Temas Especiais, envolvendo assuntos como avaliação de políticas públicas (saúde, educação, previdência, segurança etc), desestatização e tecnologia da informação.

↑ 58%
INSTRUÇÕES

↓ 38%
ESTOQUE DE
PROCESSOS
de controle externo

Além dos avanços alcançados para o controle externo, a reorganização nos fluxos internos e a normatização do trabalho na unidade contribuiu para um **aumento de 58% no número de instruções**, entre 2020 e 2022 e uma **redução de 38% no estoque de processos de controle externo**, de 2020 a junho de 2023.

Considerando o objetivo estratégico de promover o uso da tecnologia para a transformação digital, a reestruturação da **Secretaria de Tecnologia da Informação** reforçou a unidade com a criação de setores especializados em governança de TI, implementação de metodologia de gestão de projetos de TI, contemplando metodologias ágeis, boas práticas do PMI e análise de riscos. A área



de soluções analíticas também foi fortalecida, com o uso de inteligência artificial e infraestrutura de tecnologia.

A **Secretaria de Administração** também passou por alterações para o atendimento aos desafios da Nova Lei de Licitações e Contratos - NLCC (Lei nº 14.133/2021). Foram criadas a Assessoria de Planejamento de Contratações e a Assessoria de Contratos e Convênios, com o objetivo de implementar a governança das contratações. O Tribunal conta ainda com o apoio do Grupo de Trabalho Intersectorial para adaptação do Tribunal a NLCC. Para o acompanhamento do Plano de Contratações Anual, foi criado o Painel de Contratações.

Um novo modelo organizacional foi implantado no **Instituto Escola Superior de Contas e Gestão Pública Ministro Plácido Castelo (IPC)**, com coordenadorias especializadas vinculadas à Diretoria-Geral. As capacitações presenciais, que haviam sido suspensas no período de pandemia, foram retomadas e novas parcerias foram efetivadas com diversas instituições para capacitação e reforço na área de pesquisa e inovação.





Enfrentamento da pandemia e retomada das atividades presenciais

Durante o período da pandemia do novo coronavírus (Covid-19), as medidas adotadas pelo TCE Ceará levaram em consideração critérios estabelecidos por autoridades médicas e sanitárias, decretos estadual e municipais, além de Portarias e Resoluções deste Tribunal de Contas. O objetivo do Tribunal era continuar prestando o serviço à sociedade, com respeito às normas vigentes e à saúde dos servidores, colaboradores, estagiários e administrados.

O Comitê de Governança Institucional, instituído pela Política de Governança do TCE Ceará, atuou como instância de controle de crise e auxiliou na elaboração e monitoramento das etapas do Plano de Retomada das Atividades Presenciais do TCE Ceará. Tal atuação impulsionou o amadurecimento do comitê que, de 2020 a agosto de 2023, realizou 34 reuniões, com emissão de mais de 200 deliberações, dentre as quais 8 (oito) propostas encaminhadas para o Pleno do Tribunal.

TCE retoma atividades presenciais com adesão à protocolos de segurança | COVID-19 | Retorno faz parte
da terceira fase do Plano de Retomada das Atividades Presenciais no âmbito da Corte de contas



Vale ressaltar que...

...o TCE Ceará foi o primeiro órgão público a retomar presencialmente as suas atividades no Estado, em 15 de junho de 2020, de forma gradual e sistematizada. O Plano de Retomada das Atividades previu o regime de trabalho misto, com priorização do teletrabalho.

As atividades presenciais foram liberadas por etapas, em cinco fases, com todos os cuidados necessários. O plano de retorno gradual foi organizado por um grupo de trabalho formado pela Presidência, Secretaria de Governança, Secretaria de Administração e Assessoria de Comunicação Social.



Retomada das atividades

TCE O Tribunal de Contas do Estado (TCE) continuará atendendo ao público externo, em 2021, das 9h às 15h, até 28 de fevereiro. O presidente da Corte, conselheiro Valdomiro Távora, assinou portaria que dá seguimento ao plano de retomada das atividades presenciais e de contingenciamento das despesas, por causa da pandemia da Covid-19.

Importante salientar que algumas das medidas tomadas na época, com o intuito de reduzir o potencial de contágio da doença, permanecem vigentes, a exemplo das sessões do Pleno e das Câmaras que continuam a ser realizadas também por meio do Plenário Virtual, considerando os ganhos obtidos na produtividade dos julgamentos. Destaca-se a importância do aperfeiçoamento do teletrabalho no Tribunal que, no período da pandemia, teve caráter emergencial para a continuidade das atividades administrativas e finalísticas.



Escritório de Projetos e Processos

A implantação do Escritório de Projetos e Processos (EP2), proposto a partir de dois projetos do Plano Estratégico de Governança, nasceu com a visão inovadora de realizar a unificação das áreas, otimizando recursos disponíveis na instituição. Vinculado à Secretaria de Governança, o EP2 fomenta a cultura da gestão de projetos e de processos no âmbito da Corte de Contas, quer atuando de forma indireta, no desenvolvimento das metodologias e manuais, ou de forma direta, na gestão do Plano Estratégico e na modelagem de processos de negócio e espécies processuais do Tribunal.





Uma das primeiras iniciativas do EP2 foi a proposta do modelo formal de monitoramento dos projetos estratégicos. O objetivo foi obter um maior comprometimento quanto ao envio tempestivo de informações, formalizando prazos e compromissos aos gerentes de projetos e gestores das áreas responsáveis. No aprimoramento dos trabalhos foram sendo implementadas as tutorias de projetos, as revisões periódicas e o painel de monitoramento dos projetos estratégicos. Como resultado, foram concluídos 96% dos projetos previstos nos portfólios da primeira fase do plano estratégico, ou seja, de 2021 a 2023.

Outra importante realização foi o apoio especializado na modelagem de quase todos os processos finalísticos, com envolvimento das áreas de negócio, propiciando uma entrega inovadora e maior transparência nas ações de controle externo.

Nas modelagens realizadas com o apoio do EP2, foram utilizados gêneros, categorias e espécies processuais de controle externo, acessórios e administrativos seguindo normas aprovadas pelo Tribunal, em conformidade com o e-TCE Ceará, sistema de gestão eletrônica de documentos e processos.

Planejamento Estratégico Institucional – Ciclo 2021-2026

A elaboração do novo ciclo de Planejamento Estratégico do Tribunal de Contas do Ceará – previsto para período de 2021 a 2026, teve início em maio de 2021, com o desafio de realizar oficinas em formato híbrido. Na época, também foi feita a pesquisa “Diagnóstico Organizacional e Análise do Cenário Atual da Instituição”, que avaliou os ambientes interno e externo.

Na continuidade dos trabalhos, a alta administração convidou os membros e servidores da Corte de Contas, que puderam participar de todas as etapas do planejamento, contribuindo com seus conhecimentos para a revisão da identidade organizacional, definição de objetivos, indicadores e projetos estratégicos.



ETAPAS DE ELABORAÇÃO DO PLANO ESTRATÉGICO 2021-2026



IDENTIDADE ORGANIZACIONAL



Propósito:

“Cuidar do que é de todos, melhorando vidas”



Missão:

“Exercer o controle externo, fiscalizando e orientando a aplicação dos recursos públicos em benefício da sociedade”



Visão:

“Ser reconhecidamente uma instituição de excelência no controle e aprimoramento da Administração Pública”

Indicadores de mensuração da visão:

IEGM (Índice de efetividade da gestão municipal); IEGE (Índice de efetividade da gestão estadual); MMD-TC (QATC –Atricon); Pesquisa institucional junto à sociedade (Site, em eventos, Ouvidoria, público IPC).

Valores:

Efetividade: Atuamos orientados para resultados com qualidade e celeridade.

Inovação: Incentivamos a criatividade para o desenvolvimento de soluções.

Transparência: Promovemos o acesso às informações de forma clara, objetiva e tempestiva.

Respeito às Pessoas: Valorizamos o ser humano, respeitamos as diferenças e desenvolvemos as competências, em prol da satisfação pessoal e profissional.

Ética: Agimos com honestidade, moralidade, independência e imparcialidade.

Sustentabilidade: Desenvolvemos ações sem comprometer as gerações futuras.

Cooperação: Lideramos pelo exemplo e promovemos a integração entre as áreas do Tribunal, instituições e sociedade.

MAPA ESTRATÉGICO



Portfólios de Projetos Estratégicos

A **gestão por portfólios** teve por objetivo apresentar entregas mais rápidas e planejadas para a metade inicial do **Plano Estratégico 2021-2026**. Neste novo ciclo, o Comitê Estratégico estabeleceu 25 projetos distribuídos entre as perspectivas do Plano Estratégico e os portfólios de 2021 a 2023, listados a seguir:



PERSPECTIVA RESULTADOS

Fortalecer a comunicação institucional perante a sociedade

- Comunicar Melhor (Ascom)
- Benefícios em evidência (Secex)

Aperfeiçoar mecanismos de transparência, orientações e ações de controle social

- Siscon – e-Fiscal (Secex)
- Reformulação dos Canais de Atendimento (Presidência)
- Comunicação Social 4.0 Potencialização das Atividades da Assessoria de Comunicação (Ascom)
- Siscon –Certidão Online –Transparência (Secex)
- Novo Portal do TCE Ceará (STI)
- Transparência Ativa (Ascom)
- Padronização das deliberações dos Gabinetes (Sessões)
- Jurisprudência Sistematizada (Sessões)



PERSPECTIVA PROCESSOS INTERNOS

Aperfeiçoar os métodos e processos de controle externo

- Aquisição de Veículo Aéreo Não Tripulado – VANT (Secex)
- Implementação da Análise Automatizada dos Atos de Pessoal (Secex)

Fortalecer a governança e a gestão

- Diagnóstico da Maturidade de Processos (Secgov)
- Diagnóstico da Maturidade de Projetos (Secgov)

Promover tempestividade, seletividade e qualidade nos processos

- Agrupamento e Seletividade de Julgamento de Contas de Gestão (Secex)
- Acompanhamento das decisões expedidas pelo Tribunal (Sessões)



PERSPECTIVA GESTÃO E INOVAÇÃO

Assegurar e gerir os recursos financeiros necessários ao cumprimento dos objetivos institucionais de forma sustentável

- Implantação nova solução folha de pagamento (SecAdm)

Promover a cultura de inovação

- Bases para Inovação (IPC)
- Inove já (IPC)

Implementar a gestão de conhecimento

- Políticas para Gestão do Conhecimento (Secgov)

Aprimorar a governança de TI

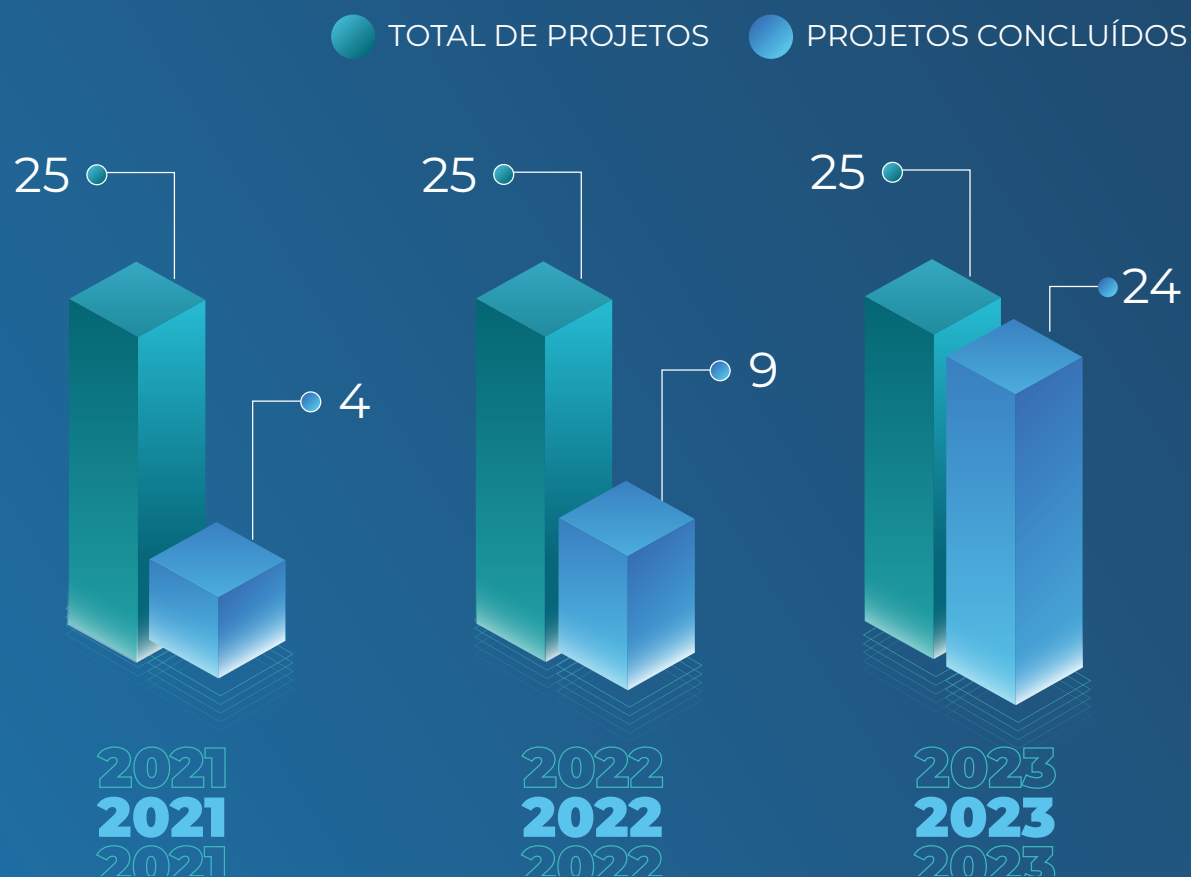
- Aperfeiçoamento da segurança de TI do tribunal (STI)
- Elaboração da política de governança de dados (STI)

Promover o uso da tecnologia para a transformação digital

- Plataforma Low Code (STI)
- Implantação do e-TCE (STI)
- Adequação do TCE Ceará à LGPD (Presidência)

Projetos Estratégicos concluídos no PE 2021-2026

Como resultado do empenho dos gestores de projetos, da atuação do Escritório de Projetos e Processos e do Comitê Estratégico, por meio da gestão por portfólios, tutoria de projetos e do acompanhamento pela Alta Administração, dentre outras iniciativas, o Tribunal obteve um ganho no desenvolvimento dos projetos estratégicos. Até outubro de 2023, considerando-se os Portfólios de 2021 a 2023, foram concluídos 24 projetos estratégicos, restando apenas um em andamento.



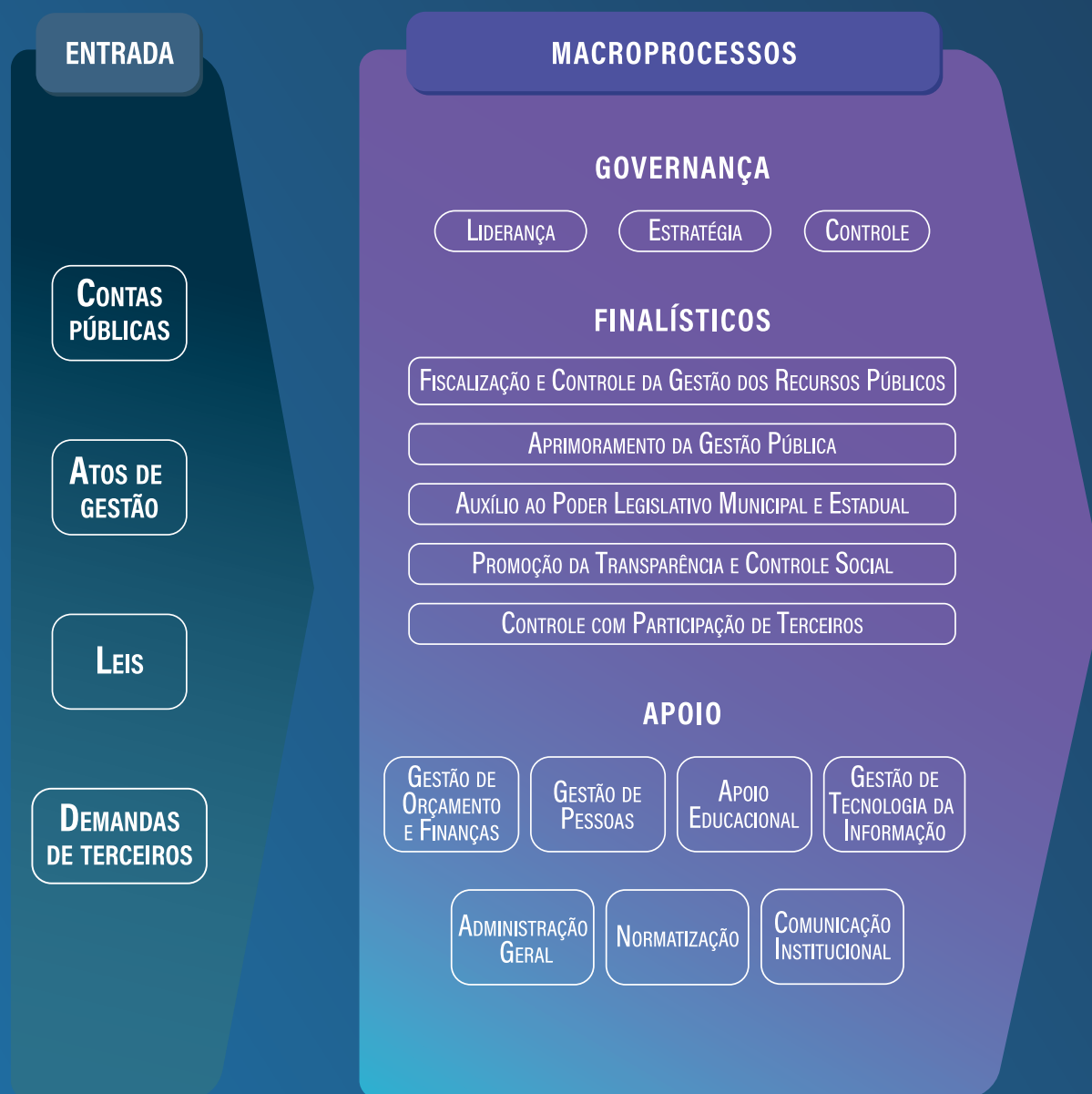
Painel de Monitoramento dos Projetos Estratégicos

Atualmente, como forma de dar maior transparência à Gestão dos Projetos Estratégicos, as informações relativas aos projetos estratégicos previstos nos Portfólios estão disponibilizadas em um painel online. A ferramenta facilita o acompanhamento, disponibilizando informações, tais como o resumo da situação atual de cada projeto, termos de abertura, eventuais termos de encerramento e evidências das entregas realizadas. O painel é mais uma das entregas do Plano de Desenvolvimento em Gerenciamento de Projetos, originado do Diagnóstico da Maturidade em Gerenciamento de Projetos.



Cadeia de Valor

A Cadeia de Valor do TCE Ceará, instrumento de gestão que busca aprimorar o gerenciamento de processos e promover a excelência na instituição, foi elaborada como parte do Plano de Desenvolvimento em Gerenciamento de Processos. O objetivo é oferecer uma visão sistêmica e integrada dos processos do



Tribunal, permitindo entender como eles são estruturados e como os produtos e serviços são disponibilizados ao público. A Cadeia de Valor tem várias aplicações, incluindo o alinhamento com o planejamento estratégico, a apuração de custos por processo, a medição de desempenho e o aprimoramento do design organizacional.



Diagnósticos de Maturidade

Com o objetivo de coordenar e otimizar os esforços para fomentar a evolução do Tribunal nas temáticas afeitas à governança, foram alocados no plano estratégico projetos de avaliação da maturidade organizacional em temas como gestão de projetos, gestão de processos e gestão do conhecimento. Ressalte-se que os diagnósticos realizados, em gestão de projetos e processos, serviram de base para as notas metodológicas, que compõem os indicadores do Sistema de Governança Institucional.

Maturidade em gestão de projetos

Por meio do projeto estratégico o Tribunal, selecionou e aplicou um modelo de maturidade para avaliar o nível da gestão de projetos na instituição de forma corporativa e setorial. O “Modelo de Maturidade em Gerenciamento de Projetos” (MMGP), de autoria do Prof. Darci Prado, foi selecionado com base nas necessidades e especificidades da Corte de Contas.

Na construção do plano, foram definidas iniciativas de correção e melhoria a partir das deficiências encontradas nos diagnósticos setorial e corporativo. Por meio de metodologia própria, foram elencadas como prioritárias as iniciativas com maior potencial de elevar o nível de maturidade.

Maturidade em gestão de processos

De forma análoga, por meio do projeto estratégico, o Tribunal selecionou e aplicou o modelo “Process and Enterprise Maturity Model” (PEMM) do autor Michael Hammer, por meio de pesquisa eletrônica com a participação de gestores e servidores convidados.

O diagnóstico também permitiu a propositura de um plano de desenvolvimento, com o objetivo de definir estratégias para nortear a evolução dos níveis de maturidade institucional. Na construção do plano, foram contempladas iniciativas típicas de governança, assim como aproveitadas iniciativas das demais unidades.

Maturidade em gestão do conhecimento

A Política de Gestão do Conhecimento no TCE Ceará surgiu de outra iniciativa originada no Planejamento Estratégico, que identificou a necessidade de reconhecer, organizar, divulgar e compartilhar o conhecimento institucional maximizando a eficiência, melhorando a qualidade e a efetividade social. A política promove a evolução institucional, com a implementação de ações mais assertivas.



Implantação da Política de Gestão de Riscos

Alinhado às boas práticas de governança, o TCE Ceará aprovou a **Política de Gestão de Riscos**, para auxiliar na tomada de decisões e garantir a segurança no cumprimento da missão e nos objetivos institucionais. Nessa política, ficaram estabelecidos os princípios, as diretrizes, os objetivos principais, as competências e as responsabilidades observando todos os níveis institucionais do órgão. A política é parte integrante do **Sistema de Gestão de Riscos do TCE Ceará**, conjunto de instrumentos de governança e de gestão que suportam o planejamento, a implementação, o monitoramento e a melhoria contínua da gestão de riscos em toda a organização.

A gestão de riscos é vinculada às práticas de gestão estratégica, tática e operacional, bem como ao processo decisório e à cultura organizacional do TCE Ceará. O processo inclui o estabelecimento do contexto, identificação, análise, avaliação, tratamento, comunicação e monitoramento contínuo dos riscos. No processo, foi criado o **Comitê de Gestão de Riscos**, que deve, entre suas atribuições, avaliar e propor alterações na política, acompanhar a situação dos riscos-chave e determinar eventuais ações corretivas, supervisionar e orientar os gestores de risco no desenvolvimento de suas atividades e monitorar o tratamento dos riscos.





Como orientação, foi elaborado o **Manual de Gestão de Riscos**, em versão simples e prática, que consolida a metodologia da gestão de riscos, com suas etapas, os procedimentos a serem implementados e os instrumentos necessários à sua execução.

Implantação do Sistema de Integridade

Nesta gestão, o Tribunal de Contas do Ceará inovou e implantou o **Sistema de Integridade**. A iniciativa é aplicável a todos os membros, servidores, estagiários e prestadores de serviços, além dos demais Poderes, órgãos, entidades e fornecedores com os quais forem estabelecidas relações de cooperação de qualquer natureza.

Conformidade, governança, ética, transparência, meritocracia, inovação e responsabilidade social são princípios estabelecidos na norma, que destacam o compromisso desta Corte em atuar de maneira íntegra e eficiente, promovendo a confiança tanto internamente quanto perante a sociedade.

O sistema estrutura e organiza os componentes relacionados à integridade e à ética no TCE Ceará, a fim de promover adequado alinhamento das medidas



e das ações destinadas à prevenção, à detecção, à punição e à remediação de irregularidades, infrações disciplinares, fraudes e quaisquer outros atos relacionados à corrupção em sentido amplo.

Os objetivos definidos para o sistema envolvem desde a criação de um ambiente ético até o aprimoramento dos processos de licitação e contratação. Isso mostra a dimensão das áreas que serão impactadas positivamente pela norma, incluindo o aperfeiçoamento na qualidade das decisões, na fiscalização de processos e na garantia da tempestividade dos julgamentos.

Para assegurar a responsabilização e o acompanhamento rigoroso das ações relacionadas à integridade, foram estabelecidas as seguintes **instâncias**: Pleno, Corregedoria, Comissão de Ética dos Membros, Comissão de Ética dos Servidores, Comissão Permanente de Sindicância, Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar e Comitê de Governança Institucional. Além disso, estão previstas a elaboração e o acompanhamento





do **Plano de Integridade**, elemento crucial para a implementação e melhoria contínua do sistema, sob responsabilidade da Secretaria de Governança.

Nesse período, o Tribunal também lançou a cartilha **“TCÉtica: pensando no bem comum”**, reforçando as normas do Código de Ética dos Servidores. No documento, são apresentados os direitos, princípios e valores éticos fundamentais a serem observados pelos servidores do TCE Ceará, de forma lúdica e objetiva.

A cartilha também ajuda na disseminação de atitudes, comportamentos e regras de atuação pautadas em uma conduta ético-profissional que espelhe a visão e a missão institucional do Tribunal. Entre os valores éticos previstos no Código estão o atendimento ao interesse público, a preservação e a defesa do patrimônio público, o respeito e o decoro, a neutralidade político-partidária, religiosa e ideológica, entre outros.





Declaração de Garantia da Qualidade e Agilidade

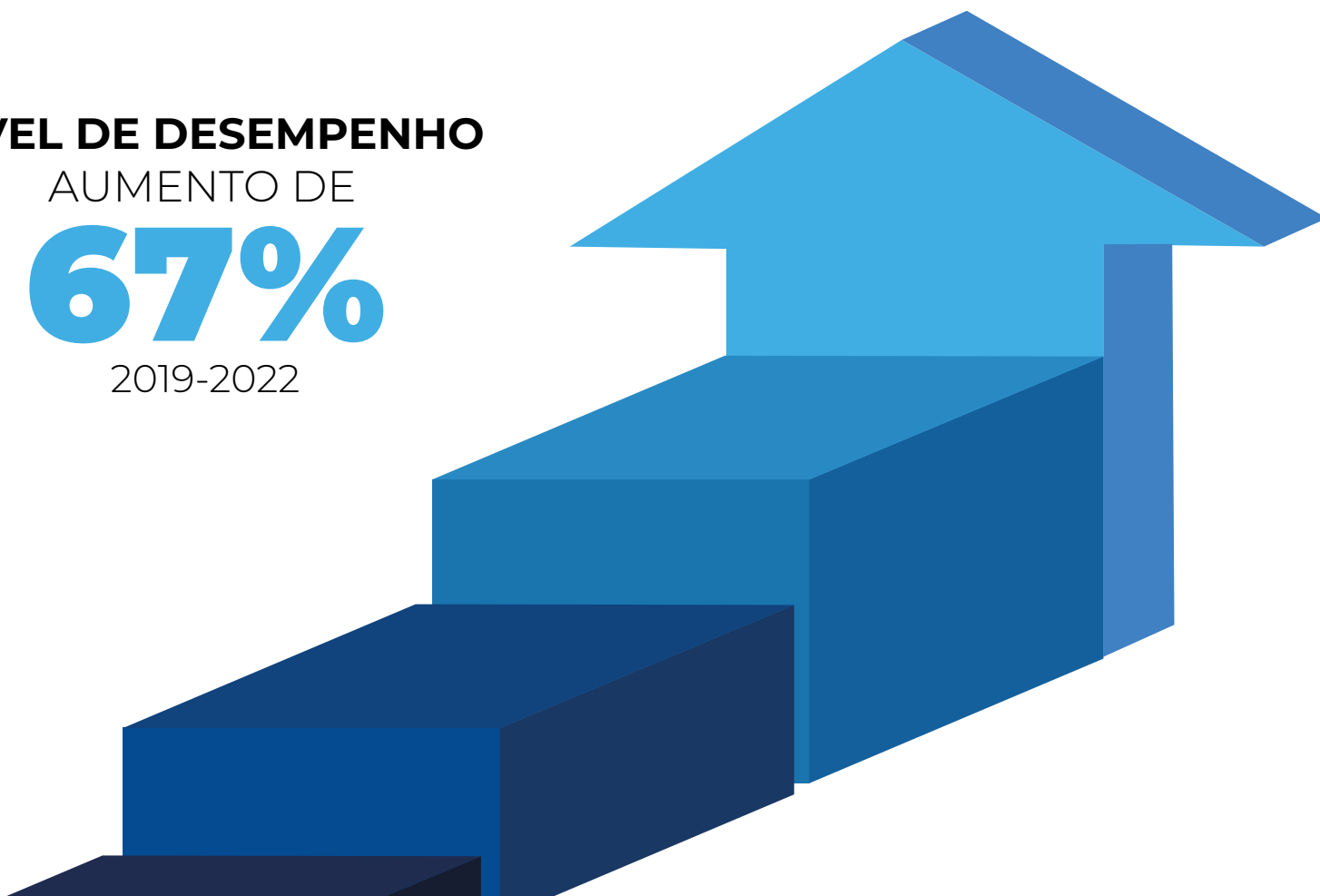
O Tribunal de Contas do Estado do Ceará recebeu, em 2022, a declaração de Garantia da Qualidade e Agilidade (QATC), do Marco de Medição de Desempenho das Cortes (MMD-TC). O reconhecimento atesta o avanço das boas práticas desempenhadas pela Corte cearense. Além da Comissão de Garantia da Qualidade da Atricon, o TCE Ceará recebeu, no mesmo período, a equipe de auditoria da Fundação Vanzolini. A Corte cearense foi uma das 5 (cinco) selecionadas no país como amostra do Processo de Certificação do MMD-TC. Após encerramento dos trabalhos, a Fundação entregou ao TCE Ceará o “Relatório Parcial de Certificação do MMD-TC Atricon”.

NÍVEL DE DESEMPENHO

AUMENTO DE

67%

2019-2022





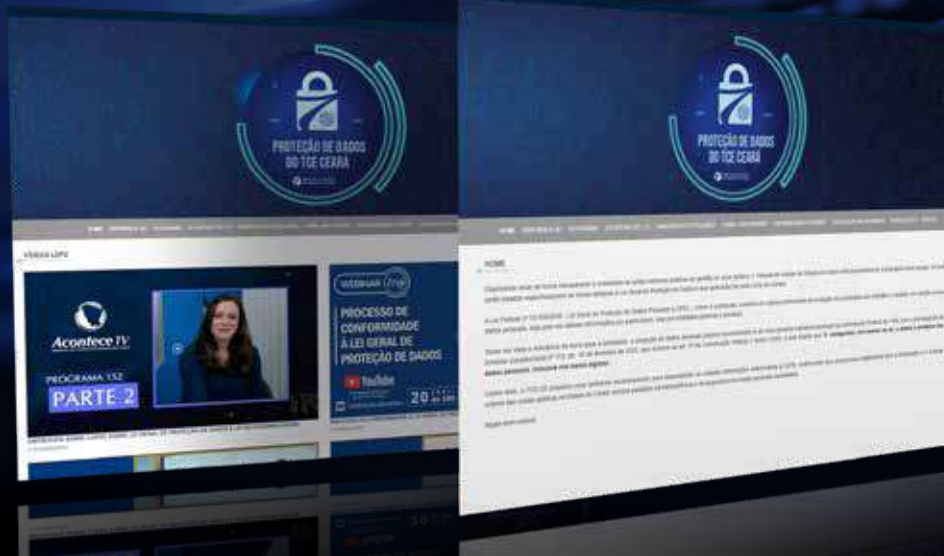
Uma amostra de 210, dos 402 critérios estabelecidos pela Comissão, totalizando 11 indicadores, passou pela análise dos auditores. Foram apresentadas à Comissão, ainda, três práticas de excelência do TCE Ceará: “Sistema Plenário Virtual”, “Seletividade de instrução e julgamento dos processos de prestações de contas de gestão” e os “Instrumentos de planejamento denominados Plano Diretor de Controle Externo e Plano Anual de Trabalho”.

Duas dessas experiências exitosas do Tribunal de Contas do Estado do Ceará foram apresentadas durante o 2º Laboratório de Boas Práticas dos Tribunais de Contas (LabTCs), em Mato Grosso (Cuiabá): a “Seletividade de instrução e julgamento dos processos de prestações de contas de gestão” e o “Sistema Plenário Virtual”. O evento foi realizado pela Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon) e o Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, com o apoio do Instituto Rui Barbosa (IRB), do Conselho Nacional de Presidentes dos Tribunais de Contas (CNPTC) e da Associação Brasileira dos Tribunais de Contas dos Municípios (Abracom).

Proteção de Dados Pessoais – Adaptação da LGPD

O projeto estratégico de **“Adequação do TCE Ceará à LGPD”** gerou entregas relevantes para o Tribunal, tais como a disponibilização de um **hotsite** sobre o assunto e o desenvolvimento de diagnóstico institucional sobre o estágio de adaptação da Corte à legislação, com plano de ação, definição de responsáveis e prazos.

O TCE Ceará aprovou a sua **Política de Privacidade e Proteção de Dados Pessoais**, com medidas e regras para tratamento de dados, agentes de tratamentos de dados, boas práticas e segurança, dentre outras disposições. A política regulamenta a proteção de dados pessoais nas atividades finalísticas e administrativas do Tribunal, bem como no relacionamento do órgão com os conselheiros, conselheiros substitutos, procuradores de contas, jurisdicionados, cidadãos, servidores, colaboradores, advogados, contadores, empresas contratadas e demais partes interessadas.



Política de Sustentabilidade



O Tribunal atualizou sua Política de Sustentabilidade para impulsionar e fomentar as ações de sustentabilidade ambiental, econômica e social, com apoio do Comitê de Sustentabilidade. Nesse sentido, foram realizados ciclos do Selo TCE Ceará Sustentável, a fim de disseminar a importância da temática na instituição, entre os jurisdicionados e a sociedade.

A Secretaria de Administração atua de forma ativa no Plano de Logística Sustentável, sendo responsável também por propagar as ações relacionadas à política no âmbito do Tribunal. Nos últimos anos, 4 (quatro) dos 17 (dezesete) Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), da Agenda 2030 da ONU, foram disseminados intensamente: ODS 3 - Saúde e bem-estar, 4 - Educação de Qualidade, 5 - Igualdade de Gênero e 7- Energia Limpa e Acessível.

Dentre os passos dados pelo Tribunal para ampliação de suas ações sustentáveis, destaca-se a integração à Rede Nacional de Sustentabilidade no Legislativo, constituída pelo Tribunal de Contas da União (TCU), Senado Federal, Câmara dos Deputados e por demais órgãos e entidades da Administração Pública e da sociedade civil. Para fomentar as iniciativas e manter o Tribunal cada vez mais sustentável, foi lançada a “Plataforma SustenTCE: Sustentabilidade e Qualidade de Vida em Ação”, que objetiva manter equilibrado o tripé da sustentabilidade, envolvendo os eixos Social, Ambiental e Econômico, alinhados com os ODS.

**TCE CEARÁ
CONQUISTA
SEGUNDO
LUGAR
NO IASA**

Numa escala de 0 a 3, o Tribunal de Contas do Ceará obteve nota 2,24, em 2023, no Índice de Avaliação das Ações de Sustentabilidade na Administração Pública (IASA), criado pelo Tribunal de Contas da União (TCU) para avaliar ações sustentáveis na administração pública. O aumento da nota, que era de 2,09, deve-se à melhoria das diretrizes de elaboração, implementação e monitoramento do Plano de Gestão de Logística Sustentável, ao atendimento a requisitos de acessibilidade, conscientização e capacitação. O instrumento foi criado em 2019 e é produzido anualmente.



1º Encontro de Governança Institucional

No “1º Encontro de Governança Institucional”, organizado em 2022, o TCE Ceará reuniu jurisdicionados e entidades de classe, para discutir temas relacionados às atividades desenvolvidas pelo Tribunal nas áreas jurídica e contábil, com o tema “Diálogo com os Jurisdicionados”.

O evento contou com a presença de representantes da União dos Vereadores e Câmaras do Ceará, do Conselho Regional de Contabilidade, da Ordem de Advogados do Estado do Ceará e da Rede Estadual de Controle Interno da Gestão Pública. Os participantes tiveram a oportunidade de conhecer melhor as atividades dos setores do TCE Ceará relativas aos temas gestão de riscos, sustentação oral, contas irregulares, celeridade, digitalização e normas técnicas.





Subsede do IRB no TCE Ceará

Em 2022, o presidente do Tribunal de Contas do Ceará, conselheiro Valdomiro Távora, disponibilizou ao presidente do Instituto Rui Barbosa (IRB), conselheiro Edilberto Pontes, um espaço para funcionamento da subsede da entidade no 1º andar do Edifício 5 de Outubro.

A nova sede do IRB no TCE Ceará vem sendo destinada ao planejamento e desenvolvimento dos projetos promovidos pelo Instituto, considerado a Casa do Conhecimento dos Tribunais de Contas. Além do espaço exclusivo e adequado, o TCE Ceará fornece total infraestrutura física, tecnológica, de logística e de pessoal, dentre outras ações necessárias ao pleno desenvolvimento das atividades do Instituto.

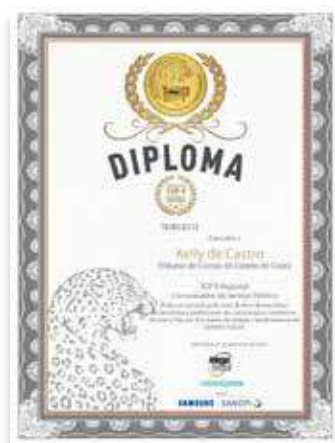
Boletins de Governança Institucional

Nessa gestão, o Tribunal lançou **boletins de governança** publicados quadrimestralmente no site institucional. Assim, oferece-se à sociedade mais um instrumento de disseminação de informações sobre as ações do Sistema de Governança Institucional. A iniciativa também fortalece a transparência e estreita o vínculo entre os membros, servidores, gestores e a sociedade na organização desta Corte de Contas.



Comunicação Estratégica

Uma nova **Política de Comunicação Institucional** foi aprovada para estabelecer, coordenar, implementar e acompanhar as diretrizes e estratégias de comunicação. O objetivo é orientar, de forma transparente e tempestiva, o relacionamento do órgão com seus diversos públicos estratégicos de forma alinhada com o **Plano Estratégico** do órgão. Compete à Assessoria de Comunicação Social propor e implementar o **Plano de Comunicação Social**, revisado anualmente, e coordenar o **Comitê Estratégico de Comunicação** da Corte.



O TCE Ceará também integrou a primeira fase do **Comitê de Comunicação do Sistema Tribunais de Contas da Atricon**, representando a região Nordeste (Portaria Conjunta nº 05/2020). A iniciativa surgiu da necessidade de criar um plano de trabalho conjunto dos Tribunais de Contas, a partir da identificação de boas práticas de Controle Externo, para o desenvolvimento de ações uniformes e abrangentes, que possam ser divulgadas na mídia nacional.

O trabalho de comunicação garantiu ao Tribunal de Contas do Ceará o quinto lugar no **VI Prêmio Top Mega Brasil de Comunicação - edição 2020**, categoria “Comunicadores do Serviço Público”, título conquistado pelo voto direto e democrático de jornalistas e profissionais da comunicação corporativa de todo o País, em dois turnos de votação.



Em 2023, o TCE Ceará participou de painel no **I Congresso de Comunicação**, em Florianópolis. Com o tema “Ler, ouvir e ver – Convergir e despertar a atenção e o interesse do cidadão estimulando os diferentes sentidos”, o Tribunal detalhou como a Corte de Contas cearense se faz presente em todos os canais de comunicação, com conteúdos inéditos voltados ao interesse da sociedade e elaborados em linguagem simples.



O apoio da alta gestão do órgão, o profissionalismo da equipe, a continuidade dos projetos e a entrega de produtos de qualidade foram ressaltados como pontos essenciais para o desenvolvimento de um bom trabalho de comunicação. As ações e projetos da área motivaram a visita in loco de equipes do TCE Roraima e do TCE Piauí.

O Tribunal tem conquistado amplo espaço na imprensa com a divulgação de ações de controle, a partir de fiscalizações e atividades conjuntas com outros órgãos,


de julgamento, de orientação e inovação. Todas as iniciativas desenvolvidas na área são registradas no relatório **TCE na Mídia**, que contém informações sobre os perfis das redes sociais do Tribunal, número de atendimentos à imprensa, de publicações editadas e citações na mídia. Pelo **Dashboard Ascom**, são feitos a gestão e o controle de demandas que chegam à área, com a consolidação das principais ações e rotinas realizadas.



Parcerias institucionais

O Tribunal incentiva o diálogo, integração e colaboração com órgãos, instituições e sociedade. Dessa forma, vem ampliando e fortalecendo suas parcerias efetivas com instâncias externas, referências e influenciadores do Sistema de Governança Institucional.

Atualmente, a Corte de Contas possui 134 acordos vigentes, entre convênios e congêneres, sendo que 87 foram firmados entre 2020 e 2023. Os acordos envolvem, principalmente, compartilhamento de dados e informações, acesso a soluções inovadoras de TI, agilidade nas comunicações processuais, suporte em redes de controle, realização de auditorias integradas, mútua cooperação para capacitação, incentivo a pós-graduação e ao estágio, apoio a políticas públicas e organização de eventos.



134

ACORDOS
VIGENTES



87

ACORDOS
FIRMADOS
entre 2020 e 2023



Dentre as parcerias firmadas, destaca-se o apoio deste Tribunal na realização do III Congresso Internacional dos Tribunais de Contas (III CITC), realizado nos dias 28 de novembro e 1º de dezembro de 2023, no Centro de Eventos do Ceará, em Fortaleza (CE), com a temática “Desafios da governança, das responsabilidades fiscal e social e da sustentabilidade na era digital”, além da comemoração do cinquentenário do Instituto Rui Barbosa (IRB).

As entidades realizadoras do evento: Associação dos Membros dos Tribunais de Contas (Atricon) em conjunto com o Instituto Rui Barbosa (IRB), o Tribunal de Contas do Estado do Ceará, Associação Brasileira dos Tribunais de Contas dos Municípios (Abracom), Associação Nacional dos Ministros e Conselheiros Substitutos dos Tribunais de Contas (Audicon) e Conselho Nacional de Presidentes dos Tribunais de Contas (CNPTC), com apoio de outros parceiros.

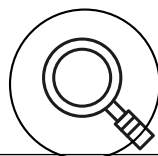
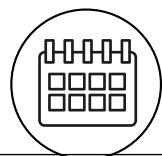




Avanços da Controladoria

A Controladoria tem como uma de suas competências realizar auditorias e monitoramentos nas unidades do Tribunal para verificar se cada setor vem exercendo suas atribuições de forma eficiente e efetiva. Também é verificado o nível de controle implementado por unidade do Tribunal. No exercício dessa competência, foram realizadas as seguintes atividades:

AUDITORIAS E MONITORAMENTOS REALIZADOS



| Exercício | Auditorias | Monitoramentos |
|-------------------------|-------------------|-----------------------|
| 2020 | 03 | 11 |
| 2021 | 05 | 07 |
| 2022 | 05 | 10 |
| 2023¹ | 06 | 09 |

¹ Término dos processos previstos para 30/11/2023





93,75%

NOTA NOS
PROCESSOS DE
CONTROLES
INTERNOS

O Tribunal de Contas do Ceará **alcançou a nota 93,75% em auditoria realizada nos processos de controles internos** pela Controladoria e Ouvidoria Geral do Estado (CGE). O resultado da auditoria foi apresentado em setembro de 2023, em atendimento ao Contrato de Empréstimo do Governo do Ceará, firmado com o Banco Mundial, para execução do Projeto de Apoio à Melhoria da Segurança Hídrica e Fortalecimento da Inteligência na Gestão Pública do Estado do Ceará (IPF Ceará). Nesta avaliação, referente ao exercício de 2022, o Tribunal atingiu 45 pontos dos 48 possíveis.

Orçado em U\$ 139.880.000,00, com prazo de execução de sete anos, o projeto visa implementar ações de aprimoramento das políticas e estratégias do Estado, promover o reforço institucional, o avanço do marco legal e a organizacional do setor, com medidas de suporte ao uso de novas tecnologias e gestão de informação, além de investimentos em obras de segurança hídrica e de saneamento. O TCE Ceará é um dos órgãos executores do projeto, responsável pelas atividades para fortalecimento da gestão do setor público e pela realização de auditorias anuais do contrato.



Ações da Procuradoria Jurídica

A Procuradoria Jurídica exerceu com qualidade, agilidade e tempestividade as suas funções em apoio a tomada de decisão da Presidência, com o desenvolvimento de pareceres jurídicos, informações e petições judiciais, informações à Procuradoria Jurídica do Estado (PGE) e memorandos. No período de 2020 até setembro de 2023, desenvolveu 3.566 pareceres jurídicos, 73 informações e petição judiciais, 283 informações à PGE e 340 memorandos.



Política de Gestão de Pessoas

A área gestão de pessoas do TCE Ceará promove a integração entre as unidades, a melhoria dos resultados da instituição, a valorização, o reconhecimento e o bem-estar no trabalho. O intuito é favorecer a construção de um **ambiente harmônico e integrado, que fortaleça o desenvolvimento, o compromisso e o engajamento dos servidores**. Os programas e as ações da área de gestão de pessoas estão alinhados ao Planejamento Estratégico e à Política de Sustentabilidade do TCE Ceará.

A **Política de Gestão de Pessoas** do TCE Ceará foi atualizada em razão das novas diretrizes e necessidades da Instituição e apresenta, dentre os objetivos, o de prover a instituição de lideranças e servidores capacitados e motivados, construir um ambiente de trabalho saudável, favorecendo o senso de pertencimento. Entre os eixos da política estão a gestão do desenvolvimento, a gestão do desempenho, a valorização, o bem-estar e a qualidade de vida no trabalho.

“TCE Cuida de Você”

Lançado em 2022, o programa TCE Cuida de Você busca promover ações voltadas à saúde mental, à promoção do bem-estar, à integração e ao acolhimento dos servidores. As iniciativas fortalecem o cuidado da instituição com seus servidores, colaboradores e estagiários, por meio de ações de prevenção de doenças, atendimento psicológico e integração que promovem maior qualidade de vida no trabalho.



PROGRAMA
TCE
cuida
DE **VOCÊ**



“TCE Multiplica”

Também em 2022 foi lançado o Programa TCE Multiplica. O intuito é oportunizar a multiplicação de conhecimentos, a interação entre as áreas e o desenvolvimento dos servidores, por meio da disseminação de conteúdos relevantes, que favorecem a valorização, o reconhecimento e o sentimento de pertencimento ao Tribunal. O compartilhamento de informações e conhecimentos são realizados por servidores que participaram de capacitações.



“TCE Lidera”

Por meio do TCE Lidera, o Tribunal promoveu ações voltadas ao desenvolvimento contínuo de seus gestores. As iniciativas capacitaram gestores atuais e prepararam novos gestores para futuras oportunidades e eventuais desafios. As ações englobaram desenvolvimento de competências técnicas e comportamentais, explorando temáticas como liderança humanizada, comunicação, engajamento, inovação e propósito institucional.

“TCE Viva Mais”

O Programa “TCE Viva Mais - A arte de desfrutar os ciclos da vida” é voltado para a Preparação para a Aposentadoria (PPA), produzido pelo Comitê Técnico de Gestão de Pessoas do Instituto Rui Barbosa (IRB). Nos encontros, são discutidos temas que favorecem o planejamento desta nova fase da vida, relacionados aos cuidados com a saúde física, mental e financeira, no intuito de minimizar as dificuldades de adaptação, bem como apresentar novas perspectivas àqueles que contribuíram para o desenvolvimento da instituição.



“TCE Solidário”

Solidariedade e compromisso social, por meio do engajamento e das doações voluntárias de servidores, colaboradores e estagiários. As ações do TCE Ceará Solidário foram fortalecidas com a implementação do espaço itinerante, que percorreu as unidades do Tribunal, com o intuito de estimular o compromisso social e a participação de todos. Doações de cestas básicas, materiais escolares, brinquedos, roupas, calçados e alimentos foram entregues para instituições sociais e pessoas carentes, reafirmando o compromisso com as ações sociais.





“TCE de Braços Abertos”

Dentro do Programa TCE de Braços Abertos, que acolhe e integra novos servidores e estagiários ao órgão, foram reforçados a missão, o propósito e os valores da instituição, assim como as principais normas e políticas internas. Esses momentos ressaltam o compromisso com os objetivos do TCE Ceará.

Criação de Estágio para Estudantes de Pós-Graduação

A Resolução Administrativa nº 18/2021, sobre a concessão de estágio a estudantes, foi aprimorada. Antes destinada apenas para alunos do ensino médio e graduação, agora oferece seleção para estudantes de pós-graduação, fortalecendo o intercâmbio de conhecimentos e experiências entre o meio acadêmico e o TCE Ceará.

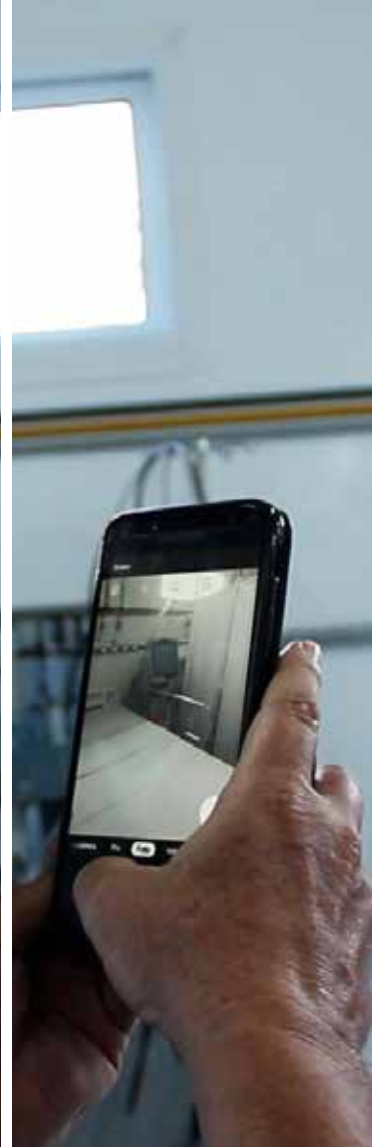


| | | |
|-----------|------|------|
| 1/1/2015 | 2.45 | 4.37 |
| 2/1/2015 | 2.45 | 4.37 |
| 3/1/2015 | 2.45 | 4.37 |
| 4/1/2015 | 2.45 | 4.37 |
| 5/1/2015 | 2.45 | 4.37 |
| 6/1/2015 | 2.45 | 4.37 |
| 7/1/2015 | 2.45 | 4.37 |
| 8/1/2015 | 2.45 | 4.37 |
| 9/1/2015 | 2.45 | 4.37 |
| 10/1/2015 | 2.45 | 4.37 |
| 11/1/2015 | 2.45 | 4.37 |
| 12/1/2015 | 2.45 | 4.37 |
| 1/1/2016 | 2.45 | 4.37 |
| 2/1/2016 | 2.45 | 4.37 |
| 3/1/2016 | 2.45 | 4.37 |
| 4/1/2016 | 2.45 | 4.37 |
| 5/1/2016 | 2.45 | 4.37 |
| 6/1/2016 | 2.45 | 4.37 |
| 7/1/2016 | 2.45 | 4.37 |
| 8/1/2016 | 2.45 | 4.37 |
| 9/1/2016 | 2.45 | 4.37 |
| 10/1/2016 | 2.45 | 4.37 |
| 11/1/2016 | 2.45 | 4.37 |
| 12/1/2016 | 2.45 | 4.37 |



AÇÕES DE CONTROLE





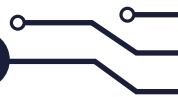


Controle externo reestruturado e atuante

Ciente que as ações de controle externo moldam o presente e definem o futuro, o Tribunal de Contas do Ceará atuou com o firme propósito de melhorar a vida das pessoas, realinhando sua estratégia em um mundo pós-pandemia e em intensa transformação.

As boas práticas de governança, de responsabilidade social e fiscal e de sustentabilidade foram consolidadas. Para melhor cumprir sua missão, com qualidade e tempestividade necessárias, foi proposto um novo modelo de controle externo, fundamentado em planejamento, fiscalização, controle e monitoramento, com enfoque no **benefício esperado de sua atuação para a sociedade**.

Na gestão 2020/2023, destaca-se a reestruturação da Secretaria de Controle Externo, baseada na especialização das unidades técnicas, aperfeiçoamento da estrutura para atendimento mais célere das demandas e melhor distribuição das equipes, possibilitando maior flexibilidade de atuação. O Tribunal instituiu e fortaleceu áreas estratégicas, tais como fiscalização, planejamento, monitoramento e avaliação do controle externo, instrução de medidas cautelares, apoio ao controle externo e informações estratégicas.





Planejamento das Ações de Controle Externo

Foi aprovado o novo referencial normativo para a estrutura do planejamento das ações de controle externo, que propiciou a criação do primeiro **Plano Diretor de Controle Externo** e do **Plano Anual de Trabalho da Secretaria de Controle Externo**. A iniciativa caracterizou-se como um marco do planejamento e da transparência das atividades do controle externo, uma vez que o Tribunal passou a direcionar de forma mais objetiva as ações relacionadas aos objetivos estratégicos da Corte, alinhando expectativas e facilitando a integração da atuação de suas unidades em torno dos objetivos pretendidos.

Os planos consideram a matriz de risco, orientada por critérios de materialidade, relevância, risco e oportunidade, possibilitando mais eficiência e efetividade das ações de controle, tanto em nível tático quanto em nível operacional. Entre as diretrizes previstas no plano estão o controle de procedimentos e da análise do desempenho, eficiência e efetividade da gestão; maior celeridade e eficácia ao acompanhamento e controle dos recursos públicos com foco nas funções de governo; cumprimento dos prazos legais para análise das prestações de contas; redução dos estoques de processos de contas e de atos de pessoal; e a implementação do controle concomitante.

Como boa prática de governança nas ações de controle, todas as informações sobre o acompanhamento do Plano Anual de Trabalho, instrução do estoque, andamento das fiscalizações, prescrições e registro tácito são avaliadas pelo Tribunal por meio de **Painéis de Acompanhamento de Resultados**.



Plano Diretor de Controle Externo

Direciona as atividades da Secretaria de Controle Externo

Plano Anual de Trabalho da Secretaria de Controle Externo

Detalhamento das atividades de controle externo a serem desenvolvidas



Painéis de Acompanhamento de Resultados

Informações sobre o acompanhamento do Plano Anual de Trabalho



Qualidade e Inovação no Controle Externo

Atento à necessidade de assegurar a qualidade de suas atividades finalísticas de fiscalização e instrução processual, o Tribunal vem modernizando de forma contínua seus processos de trabalho.

Sistema de Gestão da Qualidade do Controle Externo

Uma relevante ação do Tribunal foi a implementação do **Sistema de Gestão da Qualidade (SQ)**, inserido no processo de convergência às Normas Brasileiras de Auditoria do Setor Público (NBASP). No âmbito da Secretaria do Controle Externo, foram feitas experiências-piloto, que permitiram uma avaliação prévia dos procedimentos e posterior validação do sistema. Também foi disponibilizado o **Manual de Gestão da Qualidade da SECEX** para formalização do sistema e auxílio em sua implementação.

Manual de Redação e Organização Textual

O Tribunal instituiu o **Manual de Redação e Organização Textual**, com orientações para o aprimoramento da comunicação escrita em relatórios de fiscalização e demais documentos de controle externo. O objetivo é facilitar o desenvolvimento dos trabalhos e aprimorar a comunicação com o público interno e externo, de forma atual, simples, técnica e assertiva.





Definição das Espécies Processuais de Controle Externo

O Tribunal também aprovou norma que organizou **os gêneros, as categorias e as espécies processuais a serem utilizadas**. Os conceitos explicam a finalidade de cada espécie processual e esclarecem os meios disponíveis para atendimento das diferentes demandas atribuídas à organização. Como **resultados alcançados** está a implementação de procedimentos que permitem **decisões mais céleres**, entre eles a parametrização de sistemas de informação para instrução e julgamento, elaboração de modelos de relatórios e comunicações, padronizações de fluxos processuais e criação de painéis de controle de produtividade.

Referencial de Fases e Documentos

O **Referencial de Fases e Documentos** busca padronizar e conceituar as fases da instrução e os documentos produzidos pelas unidades técnicas da Secretaria de Controle Externo. A medida também contribui para a definição das metas de produtividade e de monitoramento do Plano Diretor de Controle Externo e do Plano Anual de Trabalho, permitindo um dimensionamento mais preciso da capacidade operacional.



Referencial de responsabilização de gestores públicos

O Tribunal instituiu o **Referencial para individualização de condutas de agentes públicos e privados**, a fim de sistematizar a metodologia a ser observada pelo controle externo para identificar ilicitudes de um ato de gestão, a ação que as gerou e o agente responsável. A iniciativa contribui para a melhoria da qualidade dos relatórios, facilita a compreensão dos documentos pelos jurisdicionados e aprimora o acesso ao contraditório e à ampla defesa.

Qualidade na Prática

Em busca do aprimoramento constante da qualidade dos trabalhos técnicos da SECEX, foi criado o programa “Qualidade na Prática”, de acompanhamento dos trabalhos técnicos produzidos, com identificação de possibilidades de melhoria e realização de treinamentos. Como resultado, houve melhoria na aderência aos referenciais normativos e na rotina de instrução processual dos servidores.

Controle em Ação

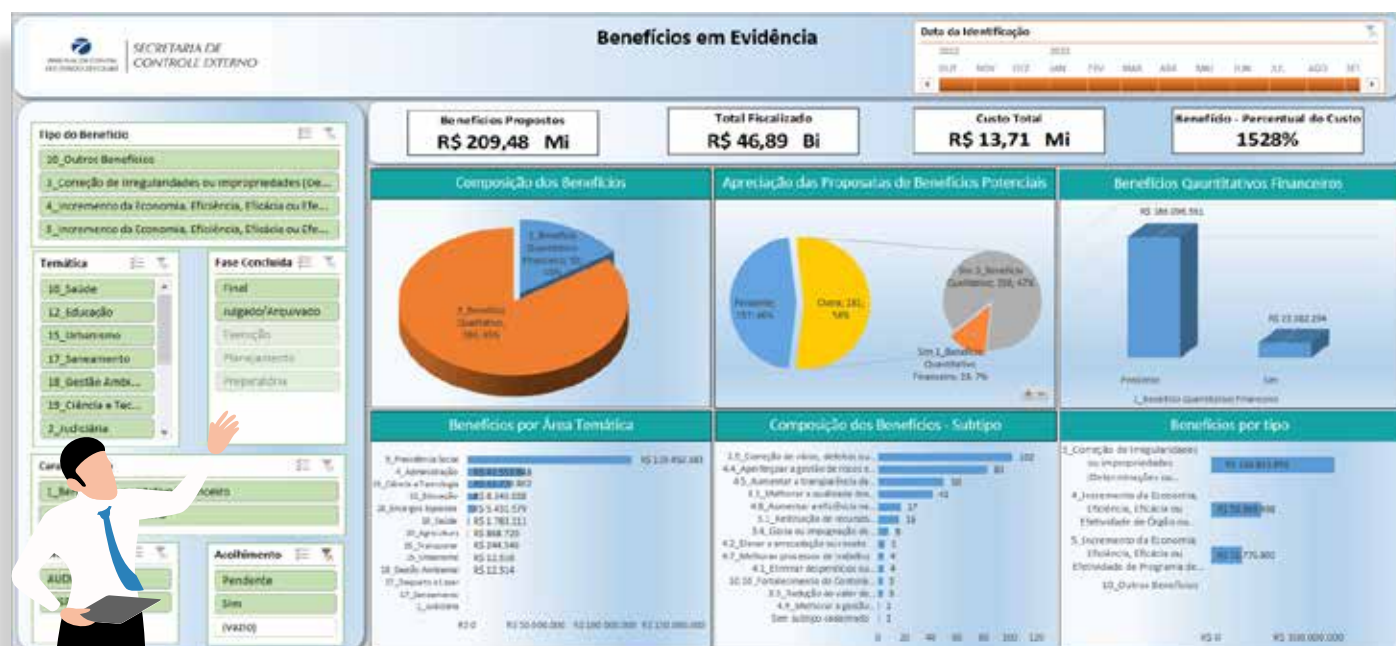
O “Controle em Ação” consiste na representação de documentos técnicos utilizando a linguagem simples e o direito visual, a fim de contribuir para a disseminação dos resultados das instruções e julgamentos de processos de controle externo.



Benefícios das Ações de Controle

Os benefícios gerados pelas ações do Tribunal de Contas do Ceará vão além dos valores arrecadados com a aplicação de débitos e multas. O TCE Ceará instituiu o Sistema de Quantificação de Benefícios das Ações de Controle, com base no Manual de Quantificação de Benefícios gerados pela atuação dos Tribunais de Contas, feito pela Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon), e as Normas Brasileiras de Auditoria do Setor Público (NBASP).

Entre os benefícios esperados estão a produção de informações relevantes sobre as vantagens econômicas e sociais geradas pela atuação do Tribunal, que contribuem para o fortalecimento da democracia e da gestão pública. Os resultados também serão disponibilizados nos painéis de quantificação de benefícios quantitativos e qualitativos.





Análise tempestiva e otimizada das Contas de Gestão

Buscando a tempestividade, a qualidade, a escolha ótima, assim como a racionalização das atividades de controle externo nos processos de prestação de contas de gestão, o Tribunal aprovou normas sobre a forma de autuação, agrupamento e seleção **das prestações de contas de gestão – estaduais e municipais – para fins de instrução e julgamento** (Resoluções Administrativas nº 15/2021 e nº 20/2021).

Um dos objetivos principais da nova metodologia é alcançar a meta do julgamento dos processos até o final do exercício seguinte ao da sua apresentação, como previsto no § 6º do Art. 8º da Lei Orgânica do TCE Ceará. Para isso, a Secretaria de Controle Externo desenvolve a Matriz de Risco tendo como ponto de partida o risco de prejuízo à eficiência, eficácia e efetividade da gestão dos órgãos jurisdicionados ou de indícios de mau gerenciamento na gestão de recursos públicos.

Para a seletividade, os critérios são baseados na estratificação do universo de unidades orçamentárias em temas relevantes, considerando a importância social ou econômica de um órgão ou entidade para a administração pública ou para a sociedade. A seleção de unidades leva em consideração a natureza finalística, com destaque para as áreas de educação, saúde, previdência, entre outras.

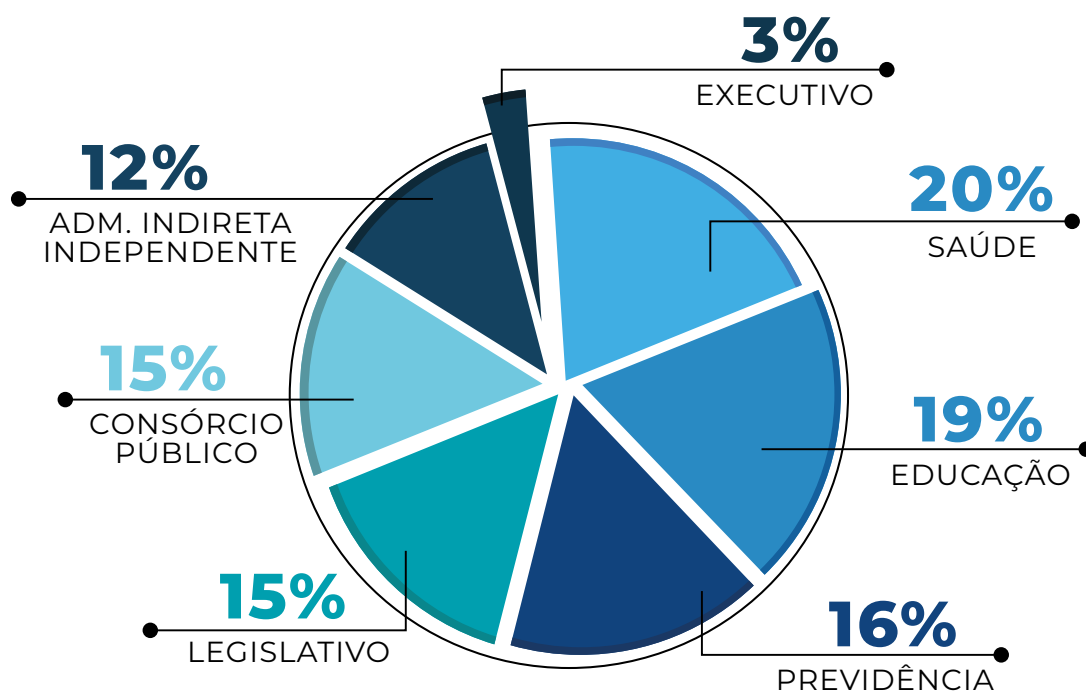


Figura: Representatividade dos temas relevantes – Exercício de 2022

Referente ao Exercício de 2022, o Tribunal alcançou a **seleção de 90% do somatório do orçamento do Estado e dos municípios do Ceará**. Por tema, destacam-se a seleção de 78% das unidades da saúde, 77% das unidades da educação, 63% da previdência, 61% do Poder Legislativo e 60% dos consórcios públicos. Importante mencionar que a materialidade e o risco são aplicados como premissas, além da alternância e do sorteio com o fim de fomentar a expectativa do controle.

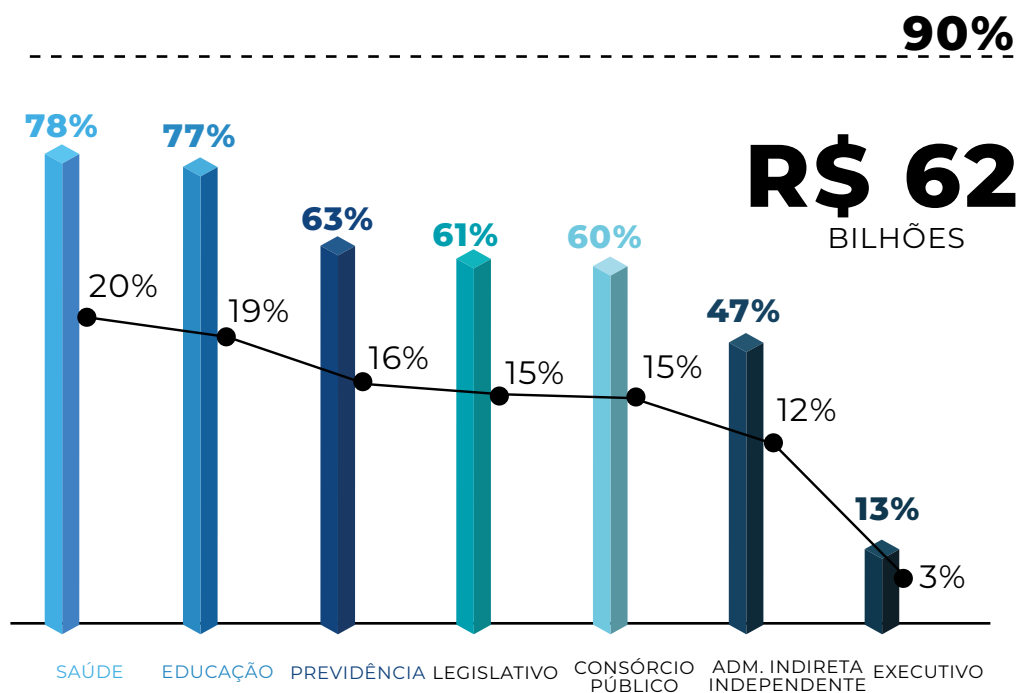


Figura: Percentual de seleção sobre o total de unidades orçamentárias por tema

--- TOTAL GERAL ● PARTICIPAÇÃO



Essa metodologia permitiu que o Tribunal avançasse nas análises e julgamentos das prestações de contas de gestão dos órgãos jurisdicionados e, com isso, alcançasse a tempestividade de suas ações junto às gestões públicas atuais, tornando factível a meta de julgamento dos processos até o final do exercício seguinte ao da sua apresentação. Do total de processos apresentados ao Tribunal no período de 2018 a 2022, relativos aos exercícios de 2017 a 2021, 57% já se encontram julgados, 17% se encontram com as instruções processuais concluídas, aguardando seus julgamentos, e 26% se encontram na fase de instrução, seja inicial ou final.

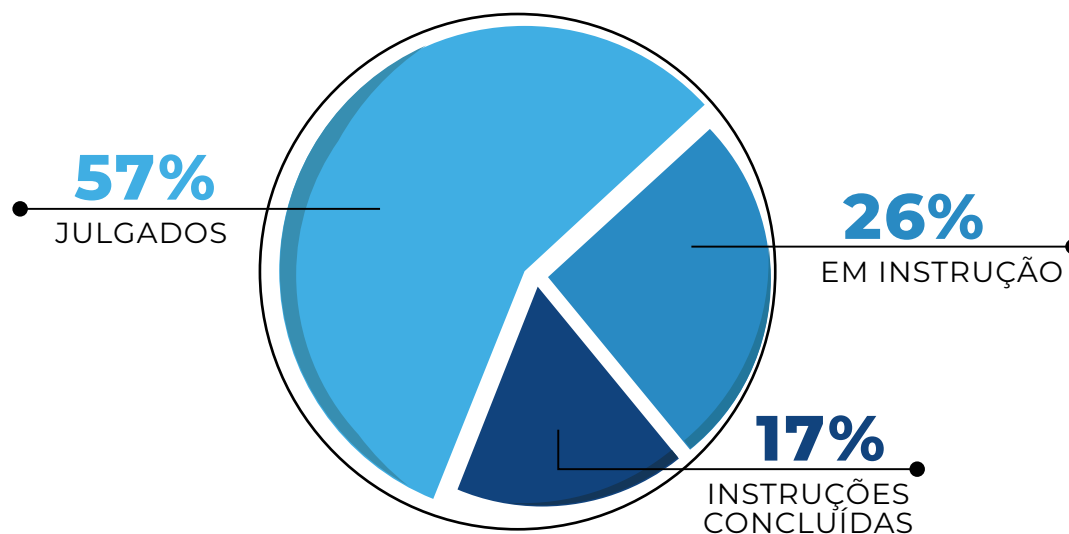


Figura: Fases concluídas de instrução dos processos de Prestações de Contas de Gestão dos municípios e estado do Ceará

Contas de Governo

O Tribunal tem a competência de **apreciar as contas prestadas anualmente pelo Governador do Estado e pelos Prefeitos municipais** e, assim, auxiliar o Poder Legislativo na sua atuação de controle, **mediante parecer prévio** emitido pela Corte de

Gestão Fiscal

O trabalho desenvolvido nos últimos quatro anos tem gerado bons resultados, e os ganhos para o controle externo e para a sociedade devem ser cada vez maiores. A grande mudança efetivada pelo Tribunal de Contas do Ceará em 2023, de receber as informações relativas ao Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO) e ao Relatório da Gestão Fiscal (RGF) diretamente do **Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro (Siconfi)** conferiu mais celeridade à análise dos processos, uniformizando os dados e garantindo mais segurança às informações sobre gestão fiscal.

O **Acordo de Cooperação Técnica nº 05/2023**, que trata da transferência de conhecimento e do compartilhamento de arquivos e dados entre o **Siconfi** e o **Tribunal de Contas do Estado do Ceará**, foi assinado pelo presidente Valdomiro Távora e pelo secretário do Tesouro Nacional, Rogério Ceron de Oliveira, em junho de 2023.



Destaca-se ainda que o Tribunal aprovou, após audiência pública nesta Corte, a **Instrução Normativa nº 01/2023**, definindo que os demonstrativos de gestão fiscal serão considerados enviados ao TCE Ceará somente quando estiverem inseridos e homologados no **Siconfi**, de acordo com as normas previstas pela STN, nos termos e prazos definidos na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).



Os relatórios de gestão fiscal contêm informações que possibilitam a análise de aspectos da gestão fiscal, como o atendimento a percentuais constitucionais de gastos com educação e saúde, bem como os limites de gastos com pessoal. Com o compartilhamento dessas informações diretamente do Siconfi, o TCE Ceará desenvolveu a solução automatizada **Sistema eFiscal** que, além de facilitar a análise técnica das informações fiscais, poderá emitir alertas automatizados aos jurisdicionados quando os limites foram alcançados. A iniciativa do TCE Ceará facilita, também, o trabalho do jurisdicionado, que deverá enviar os dados de gestão fiscal apenas uma vez e para um único local, o Siconfi.

Transparência da Gestão Fiscal

O Tribunal atua também na fiscalização dos jurisdicionados para que implementem melhorias em seus portais, nos termos do **Programa Nacional de Transparência Pública (PNTTP)**. O objetivo é padronizar, orientar, estimular e induzir a transparência pública, além de fomentar o acesso às informações públicas e à participação social. Cabe ao Tribunal realizar ações de validação preliminar das avaliações certificáveis e a validação final para disponibilização no site Radar da Transparência Pública.

Ações cautelares no controle externo

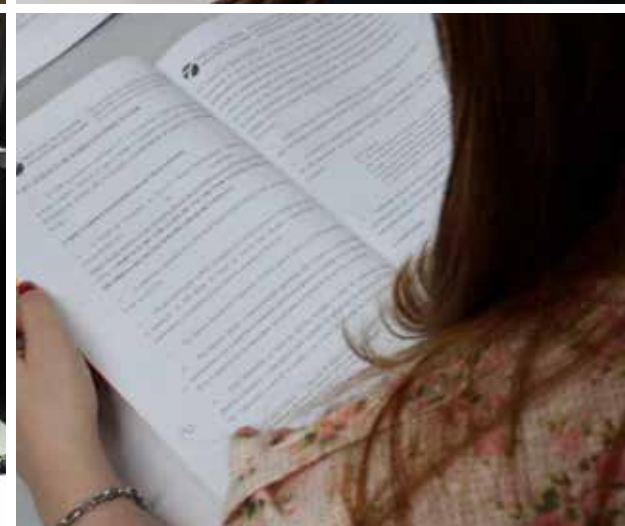
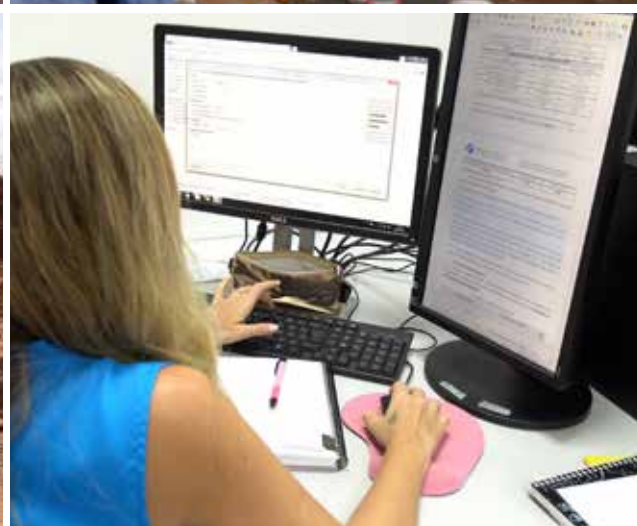
Em 2022, o Tribunal criou uma assessoria especializada na área de controle externo focada em analisar e instruir processos de denúncia e representação em caso de urgência, de fundado receio de grave lesão ao patrimônio público ou de risco de ineficácia da decisão de mérito. Dessa forma, os relatores dos processos contam com subsídios consistentes para apreciar medidas cautelares.

Visando atender os prazos exigidos pela Nova Lei de Licitações e Contratos (lei nº14.133/2021), a área presta um serviço mais tempestivo à sociedade. Importante salientar que, embora a legislação não estivesse com vigência obrigatória, o Tribunal se antecipou e conseguiu elevar sua maturidade e aptidão para análises céleres em liminares. Em 2022, a unidade realizou 380 instruções processuais, sendo 25,79% referentes a processos estaduais e 74,21% municipais. De janeiro a agosto de 2023, foram realizadas 328 instruções, sendo 33,54 % relativas a processos estaduais e 66,46% a processos municipais.

Aperfeiçoamento da tomada de decisão

O Tribunal consolidou a área de informações estratégicas e de operações especiais para **suporte da tomada de decisões das ações de controle externo, principalmente voltadas à fiscalização**, com servidores especializados, metodologia de trabalho estabelecida e ferramentas de inteligência. Houve avanço na geração de relatórios de informações estratégicas, acordos de cooperação com outras instituições, manutenção de bases de dados e a criação do Portal de Informações Estratégicas, que possibilita consultas às bases de dados próprias ou sob a custódia do TCE Ceará. Destaca-se o **Acordo de Cooperação nº 34/2023, com o Ministério Público do Estado do Ceará**, e o Acordo de Cooperação Técnica firmado entre os Tribunais de Contas brasileiros, o Instituto Rui Barbosa (IRB) e a Atricon, que trata da formação da **Rede Nacional de Informações Estratégicas para o Controle Externo (Rede InfoContas)**.







Inovação e priorização em atos de registros

A análise dos atos de registro passou por definição de prioridades em busca de maximizar benefícios do controle com adequada tempestividade. A instrução de processos de pensão, revisão de pensão, reversão e transferência de pensão passaram a ser priorizados **levando em consideração a ordem decrescente do impacto financeiro para o beneficiário e a ordem cronológica de autuação**. Dessa forma, dobrou a quantidade de instruções de pensão em 2023 em relação a 2022.

Uma ação inovadora de cooperação ocorreu por meio do Acordo de Cooperação Técnica nº 06/2021, realizado com a Secretaria de Planejamento de Gestão do Estado (Seplag) e a Fundação de Previdência Social do Estado do Ceará (Cearaprev). A iniciativa possibilitou o intercâmbio e troca de informações para a realização do projeto estratégico que concluiu o **módulo de aposentadoria** do Sistema de Registro de Pessoal (SRPv2), integrado ao Sistema de Gestão Previdenciária (SGPREV), **automatizando a análise de processos estaduais de natureza previdenciária e sua remessa entre os envolvidos**.



Ações de controle na pandemia

O ano de 2020 foi atípico para a população mundial em função da pandemia do novo coronavírus (Covid-19) e trouxe enormes desafios ao funcionamento da Administração Pública. A situação emergencial exigiu medidas de caráter temporário e excepcionais para mitigar os riscos decorrentes da doença, provocando reflexos sobre o funcionamento dos órgãos públicos.

Nesse cenário de mudanças, o Tribunal empenhou-se para adaptar suas atividades e cumprir sua missão constitucional de exercer o controle externo, fiscalizando e orientando a aplicação dos recursos públicos em benefício da sociedade.





A Corte disciplinou novas formas de funcionamento diante das regras impostas pelo isolamento social. A atuação das instâncias de Governança Institucional foi intensa, a fim de subsidiar as principais tomadas de decisão, o que permitiu a continuidade das atividades, com a implementação do teletrabalho, reuniões por videoconferências e outras ferramentas colaborativas.

O Tribunal de Contas do Ceará conquistou um relevante crescimento institucional no período e empreendeu significativos esforços, tanto para o fortalecimento das ações fiscalizadoras, quanto para a ampliação do número de processos instruídos, apreciados e julgados.

A Secretaria de Controle Externo (Secex) desenvolveu uma série de estratégias para fiscalizar as contratações emergenciais, em nível estadual e municipal, durante o período de enfrentamento ao coronavírus. Nesse período, as instruções e fiscalizações ocorreram prioritariamente a distância, sem prejuízos de outras ações internas de controle.

Grupo de Trabalho Covid-19

Foi criado o **Grupo de Trabalho Covid-19** para acompanhamento das contratações públicas na área da saúde. Coube à equipe a responsabilidade de cadastrar e acompanhar os processos de dispensas emergenciais e inexigibilidades relacionadas ao enfrentamento, combate e prevenção da pandemia, publicadas pelos gestores municipais e estaduais do Ceará.

Os órgãos de controle atuaram em conjunto para fiscalizar e compartilhar informações, a fim de dar mais celeridade à troca de conhecimentos e alertar os gestores para os cuidados na



condução dos processos de aquisição de bens, serviços e insumos destinados ao enfrentamento da pandemia, sempre visando a regular aplicação dos recursos públicos. Todas as informações, centralizadas no **Painel Covid-19**, permitiam consultas sobre os principais fornecedores e credores, bem como possibilitava a visualização geográfica dos locais onde as contratações se concentraram.





Auxílio Emergencial

Durante o primeiro ano da pandemia, o TCE Ceará realizou um trabalho de cruzamento de dados para verificar possíveis recebimentos indevidos do **Auxílio Emergencial Covid-19** (Lei nº 13.982/2020) por parte de pelo menos 24.232 servidores públicos estaduais e municipais, que totalizavam R\$ 16,5 milhões por parcela paga. A ação foi realizada em conjunto com a **Controladoria Geral da União no Estado**. A parceria foi renovada pelo presidente do TCE Ceará, conselheiro Valdomiro Távora, no ano seguinte, quando os dois órgãos atuaram novamente para identificar o recebimento indevido do Auxílio Emergencial 2021. O trabalho conjunto contribuiu para prevenir o mau uso do dinheiro público.

Orientações do controle externo

Em março de 2021, a Secretaria de Controle Externo emitiu a **Nota Técnica nº 01/2021**, com uma série de orientações referentes ao impacto da Lei Complementar nº 173/2020, que criou o Programa Federativo de Enfrentamento ao Coronavírus. A norma trouxe alterações na Lei Complementar Federal nº 101/2000, a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), dando nova redação aos arts. 21 e 65. No mesmo sentido, foi feita a Nota Técnica nº 02/2021, com orientações sobre a revisão geral anual da remuneração dos servidores públicos. O objetivo era o de orientar os gestores públicos quanto a proibições relacionadas ao aumento da despesa com pessoal, à criação, ou reajuste acima da inflação, de despesas obrigatórias.



Transição Responsável

Em 2020, o TCE Ceará realizou a operação **“Transição Responsável”**, em parceria com o Ministério Público do Estado. Os trabalhos tiveram dois focos: um direcionado aos registros contábeis, financeiros e patrimoniais referentes aos atos de gestão praticados antes, durante e após a eleição; e outro com o intuito de identificar gastos com pessoal nos atos de gestão praticados antes da eleição. A escolha dos municípios seguiu metodologia com critérios aplicados na matriz de risco.

TCE aguarda respostas de ex-prefeitos em municípios fiscalizados

| GESTÃO PÚBLICA | Em 19 municípios fiscalizados na operação “Transição Responsável” foram apontadas irregularidades

MARIA EDUARDA PESSOA
ESPECIAL PARA O POVO
politica@opovo.com.br

Os 19 municípios que passaram por fiscalização do Tribunal de Contas do Estado do Ceará (TCE-CE) no processo de alternância de mandato, por meio da operação “Transição Responsável”, aguardam agora a defesa dos antigos prefeitos com base no prazo definido pelos relatores para a prestação de esclarecimentos.

O juiz relator responsável por cada município pode estipular um prazo individualmente, no entanto, de acordo com o regimento, o limite é de 60 dias, em média.

A medida segue a recomendação da Corte de Contas de Ceará após identificadas irregularidades nos relatórios de transição, seja dada oportunidade aos relatores de corrigirem os erros ou conceder explicitamente aos 19 municípios fiscalizados a possibilidade de contrariar

TCE aponta irregularidades nas 19 transições inspecionadas

| FISCALIZAÇÃO | A operação “Transição Responsável” constatou contrariedades em documentos obtidos junto aos

GABRIEL BORGES
politica@opovo.com.br

A operação
transição
governo
vitor

O Tribunal de Contas do Estado do Ceará (TCE-CE), vulgarmente, contém, relatório de fiscalização de 19 municípios em transição de mandato no Estado. Todos foram inspecionados e alguns tiveram irregularidades apontadas durante o processo.



TRANSIÇÃO RESPONSÁVEL
MANUAL DE ORIENTAÇÕES PARA
TRANSIÇÃO GOVERNAMENTAL MUNICIPAL
Anexo Único da Portaria nº _____/2020 (D.O.E 24/11/2020)



TRANSIÇÃO
Araripe
Caruaru
Caxazeiro do Norte
Maranguape
Milhã
Quixadá
Quixeramobim
Reriutaba
Russas
Tejuococa
Trairi



Para auxiliar os gestores no período da mudança de governo municipal e resguardar o patrimônio público, o TCE Ceará elaborou o **Manual de Orientações para a Transição Governamental**, com procedimentos acerca dos atos de transição de governo, no âmbito do Executivo e Legislativo Municipais, viabilizando um maior conhecimento da situação orçamentária, contábil, financeira e patrimonial.

Nas inspeções da transição responsável, foram analisados os seguintes temas: obras, previdência social, saúde, renúncia de receitas, pessoal, tecnologia da informação, desestatização, educação, operação de crédito externo. Todos os processos referentes a essas fiscalizações tramitaram de forma prioritária, a fim de atender à sociedade, com celeridade e tempestividade.

Entre os benefícios apontados, destacam-se:

01

potencial restituição aos cofres públicos municipais da quantia aproximada de R\$ 2.653.332,45, pagos indevidamente com encargos decorrentes de atraso no recolhimento das obrigações previdenciárias junto ao INSS.

02

potencial economia ao erário municipal, da ordem de R\$ 2.157.488,60, caso as melhorias no planejamento das contratações de profissionais de saúde, na eficiência da prestação dos serviços de saúde à população e na gestão de riscos para contratações de profissionais por meio de cooperativas de trabalho sejam realizadas pelos gestores públicos.

03

potencial economia ao erário municipal de, aproximadamente, R\$ 72.187.200,00 nos próximos cinco anos, decorrente da interrupção da concessão de renúncias de tributos.

04

efetiva interrupção de pagamentos indevidos no valor R\$ 329.818,07 a servidores e/ou pensionistas já falecidos, o que gerou economia de R\$ 22.190.539,45 nos próximos cinco anos ao cofre estadual.



Prioridade nas ações de fiscalização presenciais

O Tribunal impulsionou suas ações voltadas aos instrumentos de controle e aprimoramento da gestão pública nessa gestão, prioritariamente por meio das espécies de auditoria, inspeção, levantamento e monitoramento, retomando com intensidade as **fiscalizações presenciais**. A seleção das fiscalizações passou a ser baseada em riscos considerando critérios técnicos com o suporte da área de informações estratégicas.

Com a reestruturação da área de fiscalização, o controle alçou outro patamar de tempestividade, qualidade das instruções e elevação significativa do número de relatórios de fiscalizações. Em 2023, o Tribunal atingiu o número histórico de **100 novas fiscalizações**, que versaram sobre previdência social, receitas públicas, obras e serviços de engenharia, educação, saúde, desestatizações, tecnologia da informação, compras públicas, transparência pública e teto remuneratório. As fiscalizações abrangeram cerca de 70 municípios e 14 secretarias estaduais, com volume de recursos de aproximadamente R\$ 14 bilhões. Com relação ao ano de 2022, houve um crescimento de 100% no número de fiscalizações programadas.



Fiscalizações de obras e serviços de engenharia e meio ambiente

No segundo semestre de 2020, foram realizadas 25 inspeções envolvendo edificações, obras rodoviárias, hídricas e de urbanização nos municípios de Barbalha, Brejo Santo, Fortaleza, Aracati, Ipu, Ubajara, Quixadá, Quixeramobim, Solonópolis, Icapuí, Itaiçaba, Camocim, Morrinhos, Potengi, Coreaú, Santana do Acaraú, Crato e Juazeiro do Norte.

Em 2021, as fiscalizações presenciais foram retomadas por meio de 37 processos sendo 33 inspeções, 2 auditorias e um monitoramento, todas baseadas em critérios de relevância, materialidade e risco. Na esfera municipal, foram contemplados 27 municípios, e na estadual, foram selecionadas sete unidades.

Em 2022, a área de fiscalização de obras e serviços de engenharia e meio ambiente concentrou-se em instruções processuais visando a redução de processos em estoque. Quanto à fiscalização, foram instaurados sete processos de inspeções e 13 processos de representação, com o intuito de avaliar a indevida utilização de Sistema de Registro Preços (SRP) para execução de obras.

+ R\$ 600 mil

DEVOLVIDOS POR EMPRESAS
AOS COFRES MUNICIPAIS

+ R\$ 132 milhões

EM LICITAÇÕES REVOGADAS OU
ANULADAS PELOS MUNICÍPIOS

Entre outras atuações relevantes estão a inspeção da reconstrução do prédio do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará e dez procedimentos de inspeção para atendimento às solicitações de câmaras municipais e representações do Ministério Público Estadual. Outra importante ação foi a continuidade da avaliação prévia de editais com indevida utilização de Sistema de Registro de Preços para execução de obras/serviços de engenharia.

Nessa gestão, foi lançado o **novo ciclo do Programa Cientista Chefe Infraestrutura Viária** denominado “Ciência e Inovação na Infraestrutura Viária do Ceará”, que busca atestar a qualidade da pavimentação asfáltica nas estradas cearenses. O programa é fruto de parceria entre o TCE Ceará e a Universidade Federal do Ceará (UFC), por meio Centro de Tecnologia em Asfalto do Norte/Nordeste, do Departamento de Engenharia de Transportes.

Outras 18 inspeções foram realizadas em 2023, para avaliar atrasos/paralisações de obras e a cobrança de garantia contratual pelos jurisdicionados. Entre as deliberações estão a solicitação do cumprimento de cronogramas e plano de trabalhos (convênios) e a emissão de alerta quanto ao risco da não cobrança de garantia contratual, em eventuais abandonos das obras.





Auditoria de Regimes Próprios de Previdência Social

O Tribunal realizou auditorias de conformidade para verificar a regularidade e a sustentabilidade de **Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS)**, especialmente quanto aos aspectos atuariais, estruturais, financeiros, orçamentários e patrimoniais. Em virtude da relevância da matéria, considerando a base em dados do Ministério da Previdência Social (MPS), segundo a qual 64 municípios cearenses instituíram Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS), o Tribunal já fiscalizou nove regimes nos últimos dois anos.

Auditoria de demonstrações financeiras

O Tribunal inovou e realizou, pela primeira vez, **auditorias de demonstrações financeiras** com intuito de emitir opinião, com base em evidência de auditoria apropriada e suficiente, sobre as informações financeiras divulgadas nos relatórios. A iniciativa propicia o aumento do grau de confiança dos usuários, conforme pode ser verificado nos processos nº 25204/2022-5 relativo ao município de Sobral e nº 17419/2022-7 atinente ao município de Quixadá.





Auditorias de crédito externo

Entidade de auditoria credenciada pelo Banco Mundial (Bird) e Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), o TCE Ceará realizou auditorias da execução dos projetos:



Cidades II (Programa de Desenvolvimento Urbano de Polos Regionais - Vale do Jaguaribe/Vale do Acaraú)



Apoio à Melhoria da Segurança Hídrica e Fortalecimento da Inteligência na Gestão Pública do Estado do Ceará (IPF)



Programa de Expansão e Melhoria da Assistência Especializada à Saúde II (Proexmaes II)



Fortaleza Cidade Sustentável



São José III - 2ª fase (Projeto de Desenvolvimento Rural Sustentável).

Além das recomendações emitidas, a equipe de auditoria do TCE Ceará destaca oportunidades de melhorias, com o intuito de aprimoramento da execução dos projetos.

Auditoria sobre a Contribuição de Iluminação Pública

O Tribunal de Contas do Ceará realizou auditoria para verificar a regularidade da instituição, arrecadação e execução dos recursos relativos à Contribuição de Iluminação Pública (Cosip). A ação levou em consideração as particularidades do tributo, em especial a vinculação: as normas indicam que a contribuição, de competência dos municípios (e Distrito Federal), é destinada unicamente para custear os gastos com a energia elétrica pública, a fim de assegurar a transparência, a efetividade e a correta aplicação dos recursos públicos para promoção de melhorias na qualidade de vida, segurança, mobilidade urbana e bem-estar da sociedade.





Fiscalizações sobre renúncia de receitas

Fiscalizações abordando possíveis irregularidades em **renúncia de receitas tributárias foram realizadas pelo TCE Ceará**. Nesse sentido, o Pleno julgou processos envolvendo isenções tributárias concedidas a servidores públicos municipais, processos nº 25358/2021-2, 25356/2021-9, 25361/2021-2 e 25357/2021-0, decidindo pela inconstitucionalidade dessas isenções. O colegiado levou em consideração o artigo 150, inciso II, da Constituição Federal de 1988, que veda qualquer tratamento privilegiado em função de ocupação profissional ou função exercida (princípio da isonomia tributária).

Destaca-se ainda auditoria de conformidade, processo nº 33833/2022-9, que objetivou avaliar a adequação dos controles relacionados à renúncia de receitas no município de Fortaleza, relativa aos exercícios financeiros de 2021 e 2022.

Auditoria de conformidade sobre cálculo de cota-parte de ICMS aos municípios

Relatório de auditoria de conformidade verificou inconsistências dos dados utilizados para calcular a **cota-parte de ICMS** (Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicações) aos municípios cearenses. Identificou-se deficiência na apuração do Índice de Qualidade do Meio Ambiente (IQM), um dos indicadores utilizados na distribuição dos recursos arrecadados com o ICMS, e ausência de provisão contábil da repartição dos créditos deste imposto.



Foram enviadas determinações aos titulares da Secretaria de Meio Ambiente (SEMA) e da Secretaria da Fazenda (Sefaz), como a apresentação de plano de ação, pela SEMA, para realizar as correções necessárias no cálculo do IQM. À Sefaz, o TCE Ceará determinou a realização do registro contábil da provisão para repartição de créditos sobre ICMS, com o reconhecimento de ajustes decorrentes de omissões dos registros da provisão para repartição da cota-parte de ICMS ocorridos no exercício na conta do patrimônio líquido (conta de ajuste de exercícios anteriores), evidenciados em notas explicativas.

A Educação não Pode Esperar



O estudo **“A Educação não Pode Esperar”** contou com a participação do TCE Ceará para verificar as ações de redes públicas de ensino durante o período de pandemia e as estratégias para o retorno das aulas. Lançado em junho/2020, os resultados mostraram que 82% das redes municipais de ensino afirmavam ofertar conteúdos pedagógicos aos estudantes; enquanto 18% ainda não haviam se organizado para tal – sendo que, destas, metade não tinha estratégias formuladas para o ensino remoto.

Auditoria sobre oferta de creches e escolas para crianças de zero a cinco anos

Para avaliar as ações adotadas pelos municípios para ofertar creches e escolas a crianças de zero a cinco anos, foi realizada a **auditoria operacional em Educação Infantil**, em 2022. Foram realizadas visitas aos municípios de Acopiara, Aurora, Icó, Jaguaribe, Miraíma





e Tururu. Foi determinado aos secretários municipais da Educação que sejam implantadas, integralmente, quatro estratégias do Plano Nacional de Educação (PNE). Também recomendou aos gestores planejar, implementar e avaliar a Política de Educação Infantil, conforme discriminado no Relatório de Auditoria. A Auditoria Operacional foi proposta pela Secretaria de Controle Externo, em atendimento à Resolução nº 3/2015, aprovada pela Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon).

Operação Nacional Ordenada Educação

Equipes técnicas do Tribunal de Contas do Ceará participaram, em abril de 2023, da fiscalização em 15 escolas de nove municípios do Ceará. A definição das escolas foi feita a partir de indicadores de situações críticas relacionadas à infraestrutura, presentes no Censo Escolar 2022. Nas visitas, foram checados cerca de 200 itens, referentes à acessibilidade, estrutura e conservação, saneamento básico e energia elétrica, sistema de segurança e de combate a incêndios, alimentação, esporte, recreação e espaços pedagógicos.

O trabalho fez parte da **ação ordenada – Operação Educação** – feita por 32 tribunais de contas do Brasil, envolvendo cerca de 780 técnicos, que verificaram a infraestrutura de 1.088 escolas em todo o país. A iniciativa, uma parceria entre a Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon) e o Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (TCE-SP), teve o apoio técnico do Instituto Rui Barbosa (IRB), por meio do seu Comitê de Educação (CTE-IRB), e o suporte institucional da Associação Brasileira de Tribunais de Contas dos Municípios (Abracom) e do Conselho Nacional de Presidentes dos Tribunais de Contas (CNPTC).





Auditoria Operacional em Saúde

O Tribunal realizou **auditoria operacional** para avaliar a eficiência do Hospital Distrital Evandro Ayres de Moura, no Bairro Antônio Bezerra, verificando possíveis causas de ineficiência, propondo medidas para tratamento dessas causas e mitigação de seus efeitos. Dessa forma, buscou induzir uma assistência de qualidade para os usuários do SUS e propagar boas práticas, que podem ser utilizadas como parâmetros para outras unidades de saúde.

Auditoria Operacional em Regulação

Diante do crescimento do número de concessões de serviços públicos de grande vulto nos últimos anos, a exemplo da parceria público-privada para a universalização do saneamento básico, da concessão do gerenciamento dos resíduos sólidos do Cariri e a concessão do arco metropolitano, o Tribunal de Contas do Ceará realizou a auditoria operacional na área de regulação de serviços públicos, por meio do Processo nº 11648/2023-0. O objetivo foi avaliar a estrutura, a atuação e a governança da Agência Reguladora no acompanhamento e na execução dos contratos de concessão de serviços públicos sob sua responsabilidade.

A Arce tem sido designada como agente fiscalizador, seja como entidade reguladora dos serviços de água e esgotamento sanitário, ou como responsável pelo acompanhamento da execução contratual dos serviços públicos concedidos, nos termos dos respectivos contratos.



Projeto Integrar

O TCE Ceará faz parte do **Projeto Integrar**, resultado do acordo de cooperação entre a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e 33 Tribunais de Contas brasileiros. O objetivo é desenvolver uma metodologia que permita aos Tribunais de Contas trabalhar de forma mais estratégica e coordenada, selecionando ações de controle de maior risco e com maior potencial de impacto.

Auditoria sobre novo ensino médio – Rede Integrar

Está em execução no Tribunal de Contas do Ceará **auditoria operacional sobre a implementação do novo ensino médio no Estado**. Em março de 2023, o relatório preliminar de auditoria foi apresentado a representantes da Secretaria da Educação (Seduc) no intuito de orientar os gestores a tecer os comentários sobre os achados apontados no relatório. Iniciada no segundo semestre de 2022, a **auditoria operacional teve o objetivo de mapear os principais obstáculos das ações governamentais para implementar o novo ensino médio**. O trabalho foi realizado de forma coordenada pelo Tribunal de Contas da União (TCU), com a participação de 16 tribunais de contas estaduais no âmbito da Rede Integrar.





Auditoria sobre desertificação do semiárido – Rede Integrar

Os Tribunais de Contas dos Ceará, da Paraíba (TCE-PB), de Pernambuco (TCE-PE), do Rio Grande do Norte (TCE-RN) e de Sergipe (TCE-SE), em parceria com o TCU, realizaram a **Auditoria Operacional Regional Coordenada em Políticas Públicas de Combate à Desertificação do Semiárido**, sob os aspectos ambiental, econômico, social e cultural, no âmbito da **Rede Integrar**. A fiscalização avalia o crescente processo de degradação ambiental dessa região, em função do clima e das ações antrópicas – aquelas em que a interferência humana prejudica os solos, os recursos hídricos, o bioma caatinga e a qualidade de vida da população. A ação se baseou na Política Nacional de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca (PNCD) – Lei nº 13.153/2015 – para examinar a implementação dessa política nos Estados, assim como outras políticas públicas transversais referentes à região do semiárido e ao bioma caatinga.



Nos Estados auditados, os órgãos de controle constataram que a Política Estadual de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca não tem sido implementada. O trabalho identificou que a maioria dos municípios não apresenta instrumento normativo específico que trate de desertificação e poucos relataram a participação de gestores e das comunidades locais em eventos ou capacitações relacionadas ao tema da desertificação. As iniciativas de recuperação de áreas degradadas se limitam, na maior parte dos casos, à manutenção de viveiros e à distribuição de mudas produzidas em parcerias com Organizações Não Governamentais (ONG). Apenas Ceará e Sergipe possuem levantamento oficial atualizado sobre áreas afetadas pela desertificação. Os demais Estados têm estudos elaborados há mais de uma década.

As principais conclusões da auditoria indicam que a transversalidade com outras políticas públicas e uma governança multinível, inclusive com inserção de atores não governamentais, são essenciais para a efetividade da Política de Prevenção e Combate à Desertificação do Semiárido.



Levantamento sobre Avaliação da Governança e Gestão da Segurança Pública – Rede Integrar

Avaliação da governança e da gestão das organizações de Segurança Pública do Estado do Ceará, por meio da aferição do Índice de Governança e Gestão de Segurança Pública – IGGSeg, foi realizada pelo TCE Ceará (Processo nº 18245/2022-5). O levantamento de informações envolveu a adoção de modelo desenvolvido pelo TCU para apuração do Índice, e seu intuito foi propiciar um guia de aperfeiçoamento para as organizações estaduais envolvidas, disseminando procedimentos e melhores práticas que estão associados à apuração do IGGSeg, além de permitir a construção de série histórica que permita avaliar a evolução na maturidade dos órgãos do sistema estadual de segurança pública.

Os resultados do IGGSeg – Ceará, exercício 2021, apuração 2022, indicaram o atingimento de 55,42% das questões de governança e 81,92% de gestão, culminando com o índice geral de 68,67%. O Indicador avaliou quatro eixos: Policiamento Ostensivo, Investigação Criminal, Serviços Penais, e Estatísticas Criminais e Plano Estadual de Segurança Pública.

Foi possível concluir que as maiores fragilidades no sistema de segurança pública estadual residiram nas práticas de governança, que, à exceção ao eixo Serviços Penais, apresentaram pior desempenho em relação às práticas de gestão.



TCE Ceará orienta auditoria integrada

O TCE Ceará e o TCE Piauí coordenaram os trabalhos do **levantamento do Índice de Governança e Gestão de Segurança Pública – IGGSeg**, no âmbito da Rede Integrar de Fiscalização de Políticas Públicas Descentralizadas. O treinamento sobre a metodologia IGGSeg (presencial e a distância) foi realizado na sede do TCE Ceará, com representantes de sete Tribunais de Contas brasileiros do GT da Rede Integrar: Tribunais de Contas do Amazonas, da Bahia, de Goiás, do Mato Grosso do Sul, do Pará, de Pernambuco e do Rio de Janeiro.

Nessa capacitação, foi contemplada a orientação sobre a medição periódica, por meio de questionários eletrônicos (792 quesitos), da maturidade de governança e gestão nas organizações de segurança pública do País. A iniciativa visa contribuir, ainda, para o debate sobre as questões que afetam diretamente a segurança local ao abordar aspectos quanto a policiamento ostensivo, investigação criminal, serviços penais, política estadual de segurança pública e estatísticas criminais.





REDUÇÃO DE
38%
ESTOQUE DE
PROCESSOS
de controle externo

40%

POR ESPÉCIES PROCESSUAIS:

REDUÇÃO DE 40% NOS PROCESSOS
DE APOSENTADORIA

57%

REDUÇÃO DE 57% NOS PROCESSOS
DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DE
GESTÃO

59%

REDUÇÃO DE 59% NOS PROCESSOS
DE CONSULTA

35%

REDUÇÃO DE 35% NOS PROCESSOS
DE DENÚNCIA

RESULTADOS



EVOLUÇÃO NO QUANTITATIVO E VOLUME DE INSTRUÇÕES FINAIS REALIZADAS

| Evolução das Fiscalizações | | Volume de recursos fiscalizados |
|-------------------------------------|-----|---------------------------------|
| Fiscalizações Covid-19 (2020) | 15 | R\$ 381.649.662,69 |
| Fiscalizações Transição Responsável | 43 | R\$ 224.457.032,37 |
| Fiscalizações regulares 2021 | 43 | R\$ 406.274.585,69 |
| Fiscalizações regulares 2022 | 61 | R\$ 38.215.759.859,13 |
| Fiscalizações 2023 (projetado) | 100 | R\$ 14.070.426.544,37 |
| Total | | R\$ 53.298.567.684,25 |



↑ 58%
QUANTITATIVO
DE INSTRUÇÕES
de 2020 para 2022

↑ 38%
INSTRUÇÃO DE
PROCESSOS DE
PENSÃO
de 2020 para 2023

ALCANÇADOS



FISCALIZAÇÕES POR ESPÉCIE

| | |
|---------------------------------------|-----|
| INSPEÇÃO | 184 |
| AUDITORIA | 54 |
| SOLICITAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL | 12 |
| MONITORAMENTO | 11 |
| LEVANTAMENTO | 5 |
| SOLICITAÇÃO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA | 4 |
| ACOMPANHAMENTO | 1 |



Sessão Plano Virtual

Comissão



RESUMO DA Sessão

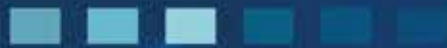
Esta sessão teve 60 presenças



- 14 presenças físicas
- 2 presenças virtuais
- 3 presenças mistas de grupo

- 10 itens de trabalho
- 15 minutos de discussão
- 10 minutos de perguntas e respostas
- 10 minutos de avaliação

JULGAMENTO



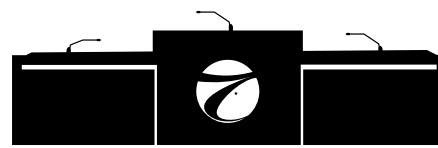


TRIBUNAL DE CONTAS
DO ESTADO DO CEARÁ



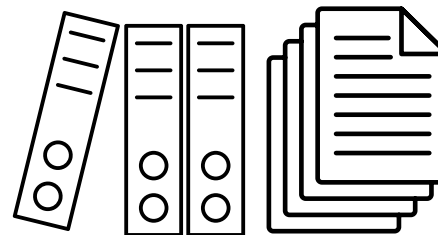
Incremento de Julgamentos

Mesmo com as limitações impostas durante a pandemia, o Tribunal manteve seu ritmo de julgamentos, se adaptando rapidamente às novas formas de trabalho. A evolução do sistema Plenário Virtual permitiu a continuidade das sessões de julgamento a distância e possibilitou um incremento no número de processos julgados, além de maior celeridade às decisões. Somadas os encontros presenciais e virtuais dos três colegiados (Pleno, Primeira e Segunda Câmara), foram realizadas **533 sessões, de 2020 a setembro de 2023, que totalizaram 40.742 processos julgados.**



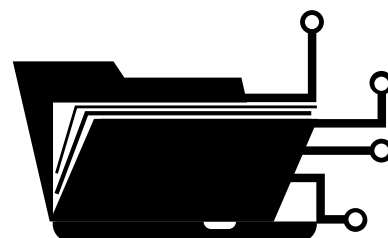
533

SESSÕES DE
JULGAMENTO



40.742

PROCESSOS



22%



JULGAMENTOS
VIRTUAIS

DO PLENO E DAS CÂMARAS







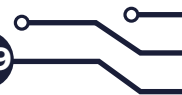
Nova Versão do Sistema Plenário Virtual

As melhorias implementadas no primeiro ano de gestão no sistema Plenário Virtual permitiram ao Tribunal um acréscimo de 22% no número de julgamentos virtuais do Pleno e das Câmaras. Foi implementada a funcionalidade para que os jurisdicionados e advogados pudessem participar ativamente dos julgamentos, com apresentação de sustentações orais por áudio e vídeo, assegurando o exercício da ampla defesa e do contraditório em ambiente eletrônico.





Na **área de Estatísticas do Plenário Virtual** é possível acompanhar todos os julgamentos, com os resultados das apreciações e processos. Outro avanço foi a criação do **Comitê Gestor do Plenário Virtual**, responsável por coordenar a manutenção e as melhorias da plataforma. Como resultado, o Sistema Plenário Virtual do TCE Ceará esteve em destaque como uma das **boas práticas selecionadas pelo Marco de Medição de Desempenho (MMD-TC 2022)**. A experiência exitosa do Tribunal de Contas do Ceará foi apresentada durante a 2º Laboratório de Boas Práticas dos Tribunais de Contas, em 2023.





Padronização das deliberações dos Gabinetes

Para aperfeiçoar os mecanismos de transparência, orientações a ações de controle social, foi elaborada uma metodologia de linguagem uniforme para as deliberações do Tribunal, incluindo acórdãos, resoluções e pareceres prévios. Os modelos buscam um ganho de qualidade nas deliberações, possibilitando uma maior transparência dos conteúdos e facilitando o trabalho de pesquisa para os jurisdicionados, o público interno e, especialmente, para a sociedade em geral.

Também foi realizada ação para monitorar as deliberações expedidas pelo Tribunal, que impuseram obrigações aos gestores, de forma que sejam de fácil compreensão e ampla abrangência. Destaca-se o painel com as informações mínimas necessárias para a organização e acompanhamento das decisões expedidas pelo Tribunal.

Contas Irregulares



5.453

GESTORES
PÚBLICOS

RELAÇÃO DE CONTAS
IRREGULARES

O Tribunal mantém atualizado o Cadastro de Contas Irregulares em seu banco de dados, que agora está integrado ao sistema e-TCE Ceará. Até o mês de junho/2023, **5.453 gestores públicos figuravam na relação de contas irregulares**. A atualização dessas informações na página eletrônica do Tribunal garante transparência e contribui para ampliar o controle social.

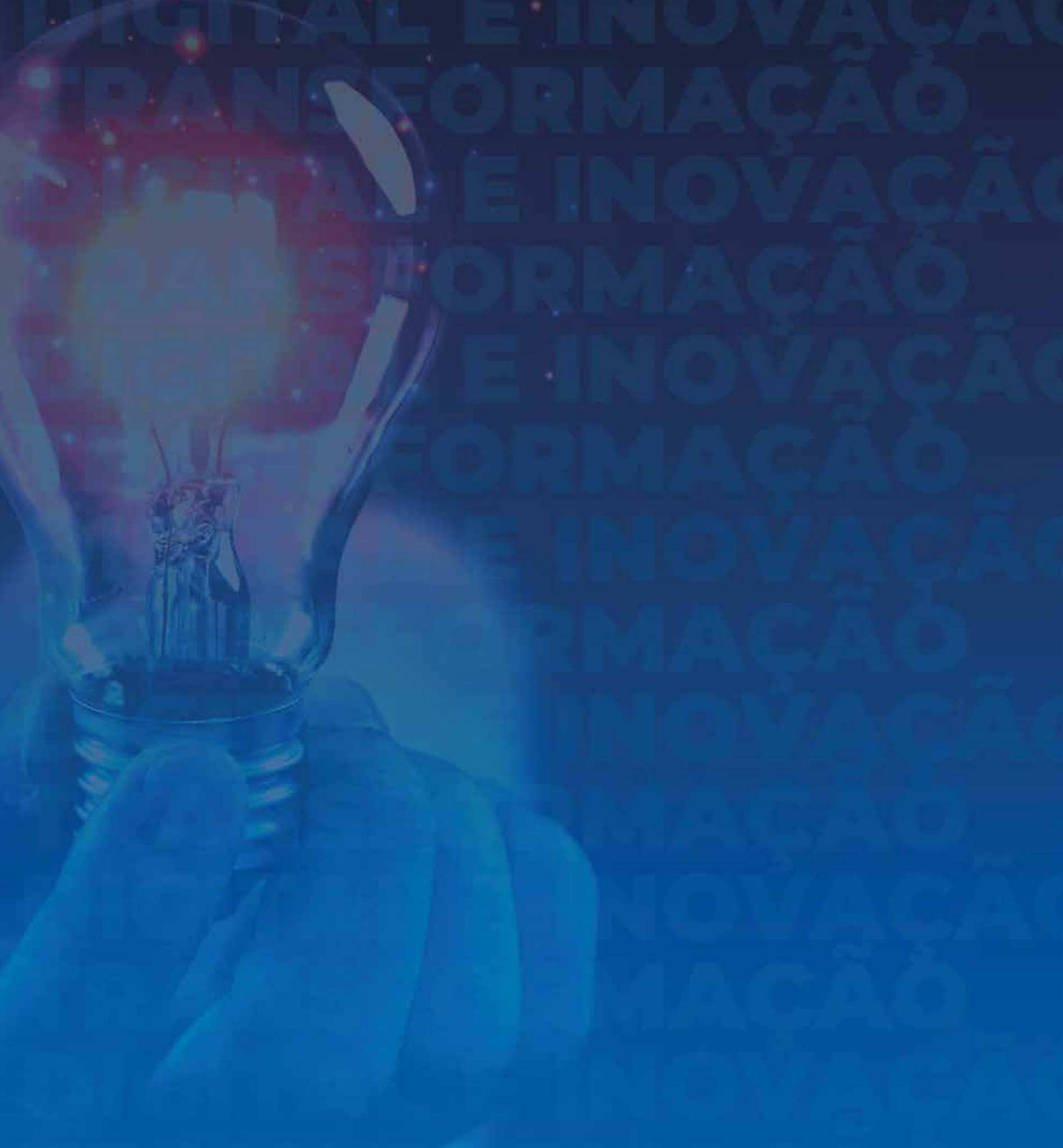
Monitoramento dos pareceres prévios sobre contas de prefeitos

Um monitoramento sobre os pareceres prévios emitidos pelo TCE Ceará sobre contas de Prefeitos (as) junto às Câmaras Municipais foi realizado, com base nas Contas de Governo apreciadas desde janeiro de 2020. Com esse estudo, verificou-se a **aderência do Poder Legislativo à opinião técnica do TCE Ceará**, bem como o quantitativo de Câmaras Municipais que cumpriram com o dever de julgar as Contas de Governo após a notificação de emissão de Parecer Prévio do Tribunal.

Alerta de Processo em Pauta para o Jurisdicionado



O Tribunal implantou uma ferramenta para facilitar o acompanhamento dos processos incluídos para julgamento no TCE Ceará: o **Push Pauta**. A ferramenta tem funcionamento automático que independe de solicitação e encaminha um alerta, por e-mail, quando um processo é publicado na pauta de julgamento. Além de mais transparência, o serviço eletrônico aprimora o acesso às informações.



TRANSFORMAÇÃO DIGITAL E INOVAÇÃO





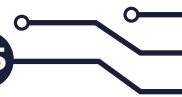


Transformação Digital e Inovação

A transformação digital e a inovação foram fundamentais nessa gestão do Tribunal de Contas do Ceará. Utilizando modernas ferramentas e sistemas de tecnologia da informação, a Corte implementou iniciativas em diversas áreas, que possibilitaram dar mais celeridade a fluxos já existentes, criando canais que garantiram maior agilidade e a ampliação da oferta de serviços ao cidadão e aos jurisdicionados. Parte das melhorias implementadas são fruto dos objetivos estratégicos do Tribunal, dentre os quais os que visam promover o uso da tecnologia para a transformação digital e o aperfeiçoamento dos métodos e processos de controle externo.

Acesso ao conteúdo digital de processos

Um grande passo para a transformação digital do TCE Ceará foi a **disponibilização de todo conteúdo digital dos processos de controle externo para consulta na página eletrônica do órgão**, com exceção dos sigilosos. Além da comodidade proporcionada aos interessados, que não precisam mais se deslocar ao Tribunal para ter acesso aos autos, a medida contribuiu para a redução de gastos e otimização dos serviços. Pelo **Portal de Serviços** do Tribunal, é possível protocolar todas as petições de forma digital. A integridade e a autenticidade dos dados são asseguradas com a certificação digital credenciada na Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICPBrasil).



Implantação do e-TCE Ceará

A Solução Informatizada de Gestão Eletrônica de Documentos e Processos, denominada **e-TCE Ceará**, foi implantada nesta gestão, contribuindo para a padronização de documentos e automação do trâmite dos processos/expedientes, gerando mais celeridade, redução de custos operacionais, integridade dos dados e aumento da transparência. A ferramenta vem contribuindo para melhorar o desempenho das atividades e favorecido o aumento da produtividade nas atividades e nos julgamentos.



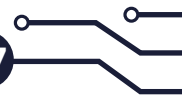


Comunicação Virtual

Outro grande desafio enfrentado e vencido pelo Tribunal foi referente à demora na efetivação das comunicações e na autuação de processos. A solução veio por meio da proposta do Tribunal de Contas do Ceará de normatizar as **comunicações digitais**. A alteração na Lei Orgânica foi aprovada pela Assembleia Legislativa e sancionada pelo Governo do Estado (Lei nº 17.209, de 15/05/20).

Com a mudança, são consideradas formas de comunicação processual as **publicações no Diário Oficial Eletrônico do TCE Ceará (DOE-TCE)**.

Outra melhoria possibilitada, foi a implantação do **Sistema Push DOE**, que permite o recebimento de informações sobre processos de interesse, publicadas no DOE-TCE, por e-mail. Desde sua implementação, mais de 158 mil alertas foram emitidos pelo Sistema Push DOE. Para receber **comunicações e alertas digitais**, é preciso manter atualizados os contatos no Portal de Serviços.





Registro de Comunicação Processual Postal

A criação do Registro de Comunicação Processual Postal junto aos processos ampliou a transparência sobre o local de origem dos dados usados nas postagens das comunicações realizadas pelo TCE Ceará. O e-TCE Ceará possibilitou o armazenamento seguro das informações cadastrais dos jurisdicionados, bem como o acompanhamento de qualquer alteração nos dados.

100% dos processos de controle externo são eletrônicos

O trabalho de conversão dos processos físicos para eletrônicos foi intensificado, permitindo ao Tribunal atingir a meta de digitalizar 100% dos processos de controle externo, com exceção dos processos sujeitos a atos de registro. Foram convertidos **6.033 processos físicos de controle externo** em eletrônicos, o que representa um volume de **6.238.619 folhas digitalizadas**.



| Espécie | Processos | Folhas |
|---------------------------------------|------------------|------------------|
| Auditoria | 73 | 61.600 |
| Contas de Governo | 22 | 49.073 |
| Denúncia | 327 | 134.188 |
| Inspeção | 46 | 37.280 |
| Interposição de Recurso | 1.088 | 169.171 |
| Monitoramento | 9 | 4.979 |
| Prestação de Contas | 1.595 | 2.882.539 |
| Representação | 253 | 96.227 |
| Representação do TCE | 254 | 149.558 |
| Representação MPC | 48 | 43.074 |
| Solicitação da Assembleia Legislativa | 5 | 8.598 |
| Tomada de Contas | 163 | 109.302 |
| Tomada de Contas Especial | 2.150 | 2.493.030 |
| Total | 6.033 | 6.238.619 |




Além da conversão dos processos físicos de controle externo para o meio eletrônico, foi realizado um trabalho de digitalização de outros documentos, totalizando 10.250.575 folhas, que puderam ter como destino final os órgãos de origem ou o descarte, a depender de cada caso.

Uma inovação inserida no processo foi o Sistema de Apoio à Digitalização (SADweb), que auxilia na indexação dos processos, tornando a pesquisa mais rápida e eficaz, contemplando as etapas de digitalização, ocrização, assinatura e exportação para outros sistemas.

Descarte do arquivo físico

Para fazer esse descarte, o Tribunal segue a Tabela de Temporalidade de Documentos, estruturada de acordo com o Código de Classificação de Documentos. As unidades do Tribunal puderam realizar, de 2020 a junho/2023, 28 operações de descarte envolvendo 96.909 processos físicos:



| Ano | Descartes | Processos |
|----------------|-----------|-----------|
| 2020 | 3 | 15.516 |
| 2021 | 12 | 54.000 |
| 2022 | 10 | 22.272 |
| 2023 até junho | 3 | 5.121 |

Celeridade na autuação

Com os documentos digitalizados, o Tribunal passou a adotar metas e procedimentos para acompanhar a celeridade nos fluxos de trabalho. De janeiro de 2020 a junho de 2023, foram realizadas 69.382 autuações no Protocolo.



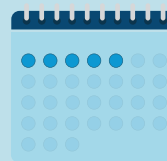
| Ano | Autuações |
|----------------|-----------|
| 2020 | 17.450 |
| 2021 | 20.564 |
| 2022 | 20.431 |
| 2023 até junho | 10.937 |

ANTES

PRAZO PARA
AUTUAÇÃO

5

DIAS ÚTEIS

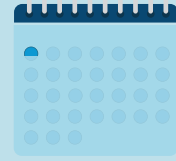


DEPOIS

PRAZO PARA
AUTUAÇÃO

0,65

DIAS ÚTEIS



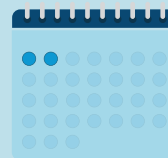
A redução no tempo de autuação também foi outro ponto positivo registrado pela automatização. No primeiro semestre de 2023, o **tempo para autuar um processo no Protocolo passou de 5 dias úteis para 0,65 dia**, ou seja, a autuação é feita no mesmo dia do protocolo.

ANTES

ENVIO DE
COMUNICAÇÕES

2

DIAS ÚTEIS

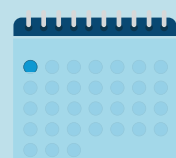


DEPOIS

ENVIO DE
COMUNICAÇÕES

0,79

DIAS ÚTEIS



A agilidade também foi medida no envio de comunicações em processos com pedido de cautelar. O prazo máximo para a **elaboração das comunicações é de dois dias, mas a média é de menos de um dia**, conforme dados do primeiro semestre de 2023.







Portal de Serviços

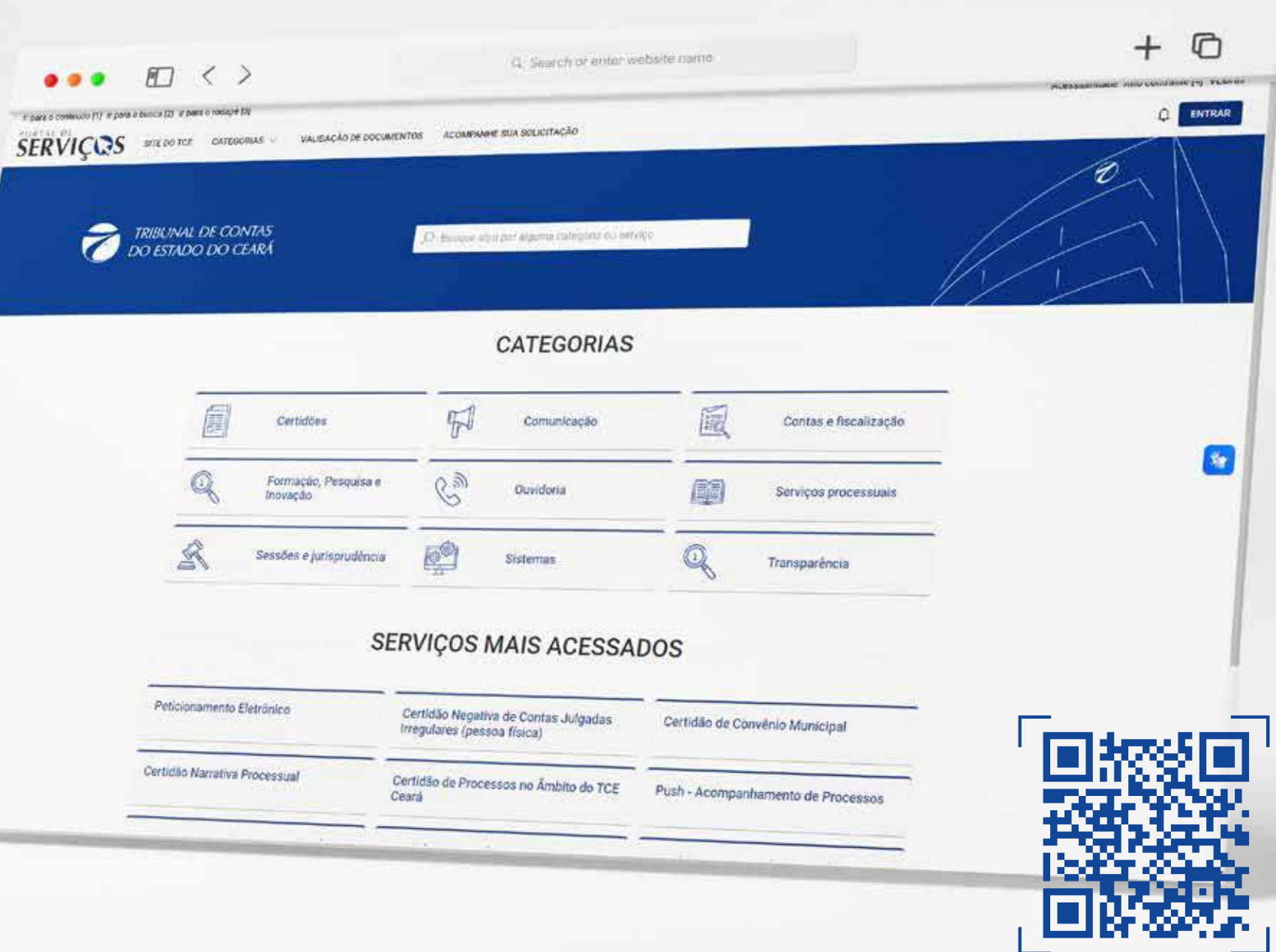
A transformação digital do TCE Ceará também pode ser verificada no novo **Portal de Serviços**, que integra, em um só ambiente, de forma simples e com recursos de acessibilidade (Vlibras, atalhos de teclado, alto-contraste e zoom da página), mais de 60 serviços eletrônicos oferecidos à sociedade e aos jurisdicionados.

+60

SERVIÇOS ELETRÔNICOS

OFERECIDOS À SOCIEDADE
E AOS JURISDICIONADOS

| | | |
|---|-------------------------------|----|
|  | Certidões | 12 |
|  | Comunicação | 8 |
|  | Contas e fiscalização | 5 |
|  | Formação, Pesquisa e Inovação | 5 |
|  | Ouvidoria | 3 |
|  | Serviços processuais | 3 |
|  | Sessões e jurisprudência | 8 |
|  | Sistemas | 16 |
|  | Transparência | 6 |





O **Portal de Serviços** veio ampliar a comunicação e agilizar a interação, trazendo conforto e rapidez na oferta de informações que podem ser consumidas remotamente de forma fácil, ágil, intuitiva e responsiva.

Entre os serviços disponibilizados está a emissão de certidões automatizadas e semiautomatizadas acerca de informações processuais, contas julgadas, convênio, transparência e operações de crédito estadual e municipal. Também são acessíveis pelo Portal os serviços processuais para peticionamento, acompanhamento de processos e plenário virtual, os sistemas para prestação de contas, informes de jurisprudências e súmulas, entre outros.

+2.000 
CERTIDÕES EMITIDAS

Além de prestar atendimento automatizado e eficaz aos requerimentos, o TCE Ceará também emite certificações sobre a situação financeira do Estado e dos Municípios, em especial, em cumprimento à Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

No primeiro mês após a implantação, foi possível obter de 60% até 4.800% de aumento na emissão de certidões por espécie. **O tempo médio para emissão de certidões era de 7 a 15 dias. Atualmente, a certidão é emitida de forma instantânea ou no máximo em até um dia**, no caso



de certidões semiautomatizadas. A automação trouxe, entre os benefícios, a integridade, agilidade, segurança, eficiência, celeridade, usabilidade e maior alcance.



TEMPO MÉDIO PARA EMISSÃO **NA HORA***

*ou no máximo em até um dia

Desde o lançamento do Portal de Serviços, em maio de 2023, até setembro/2023, foram emitidas 2.238 certidões.

Conheça as certidões emitidas pelo TCE Ceará:

- 1 Certidão de Situação Processual
- 2 Certidão de Processos no âmbito do Tribunal
- 3 Certidão Negativa de Contas Julgadas Irregulares
- 4 Certidão Negativa de Contas Julgadas Irregulares para Nomeação em Cargo Público
- 5 Certidão para Habilitação de Advogados
- 6 Certidão para Narrativa Processual
- 7 Certidão do SIM (Sistema de Informações Municipais)
- 8 Certidão relacionada à Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF)
- 9 Certidão de Transparência
- 10 Certidão de Convênio
- 11 Certidão de Operações de Crédito



Sistema e-Fiscal

Originado no Planejamento Estratégico, o Sistema e-Fiscal permite ao Tribunal emitir de modo on-line as certidões da Gestão Fiscal. Assim, proporciona automação da submissão e análise das informações fiscais (RREO e RGF), da emissão de certidões, dos alertas de informações, com painéis de acompanhamento das informações. Entre os benefícios, destacam-se eficiência, segurança, integridade e agilidade.

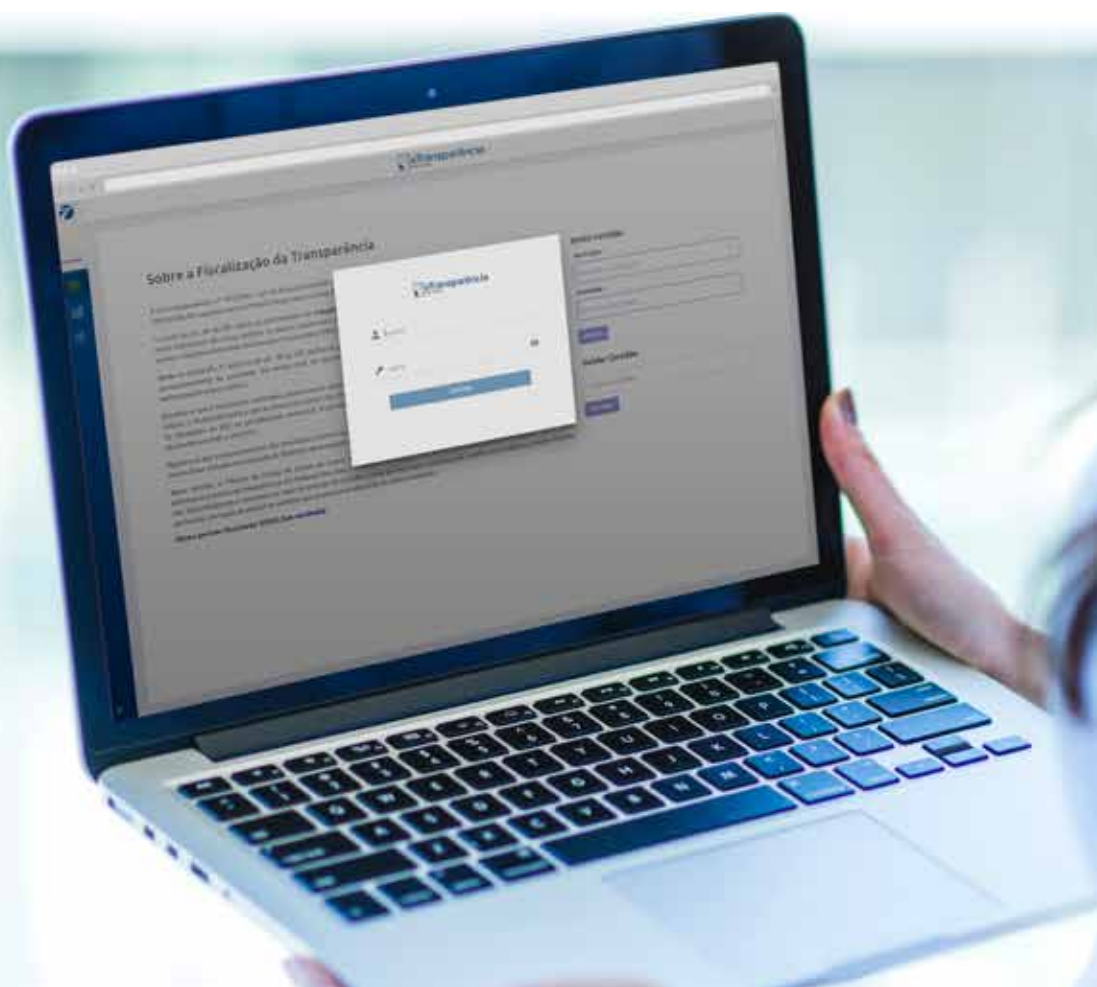
Um dos principais produtos entregues foi o serviço de emissão automatizada das certidões da Gestão Fiscal, que são as certidões de Convênio e de Operações de Crédito, utilizadas pelos entes municipais e estaduais. Sua viabilização foi possível graças ao Acordo de Cooperação Técnica celebrado entre o TCE Ceará e a Secretaria do Tesouro Nacional (STN), que possibilitou a transferência de conhecimento e compartilhamento de arquivos e dados entre o Tribunal e o módulo de Declarações do Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro (Siconfi).



Sistema e-Transparência

A ferramenta e-Transparência, desenvolvida pela Corte de Contas, está em observância à Lei Complementar nº 131/2009, garantindo mais celeridade e transparência às informações orçamentárias e financeiras dos jurisdicionados municipais. Resultado de projeto estratégico do Tribunal, o sistema está disponível no Portal de Serviços. O solicitante pode requerer e receber imediatamente, a certidão relativa à situação da transparência da gestão fiscal dos entes municipais. O Tribunal tem conseguido emitir em média mais de 942 certidões por mês. Antes, a média era de 139 certidões/mês. **De agosto de 2022 até setembro/2023, foram emitidas 13.192 certidões pelo sistema.**

+13mil
CERTIDÕES EMITIDAS
DE AGOSTO DE 2022 ATÉ SETEMBRO/2023

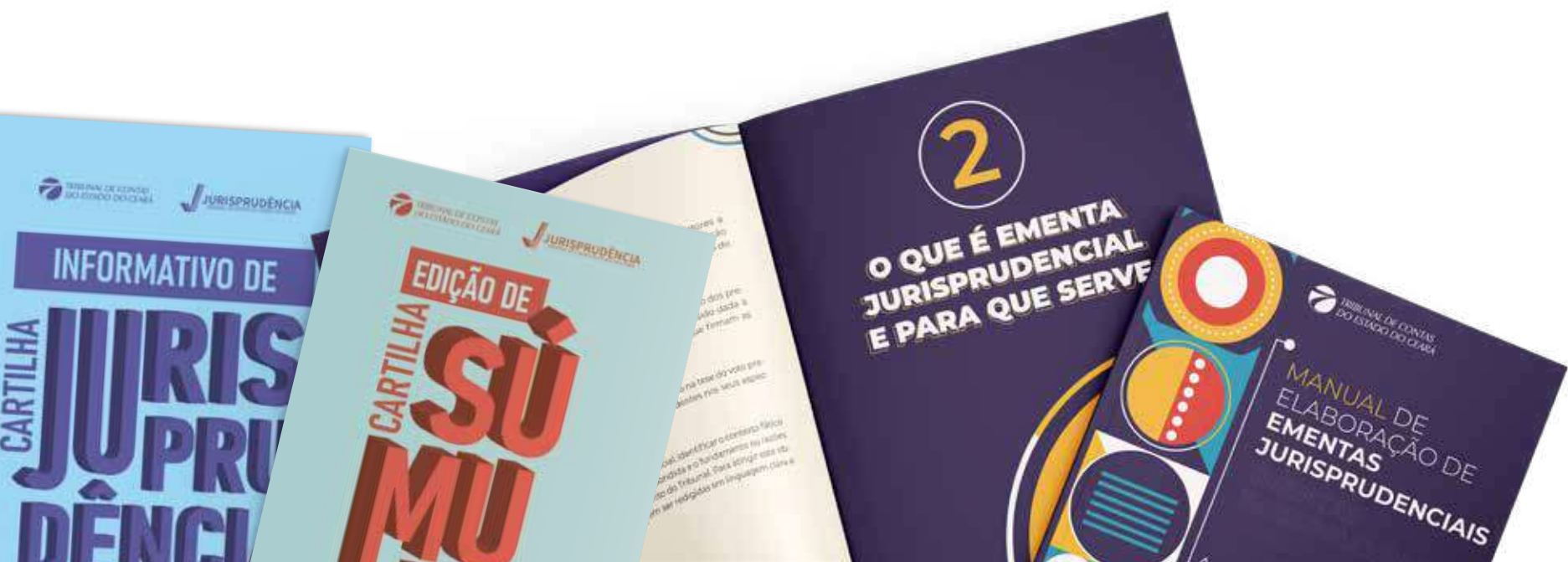


Decisões Consolidadas

A inovação e a celeridade também estão presentes no projeto estratégico de Jurisprudência Sistematizada, que objetiva implementar os meios para uniformizar o entendimento do Tribunal. O sistema proporciona a automação da classificação, integração com o Tesouro de Contas Nacional, busca por assunto e geração do boletim informativo.

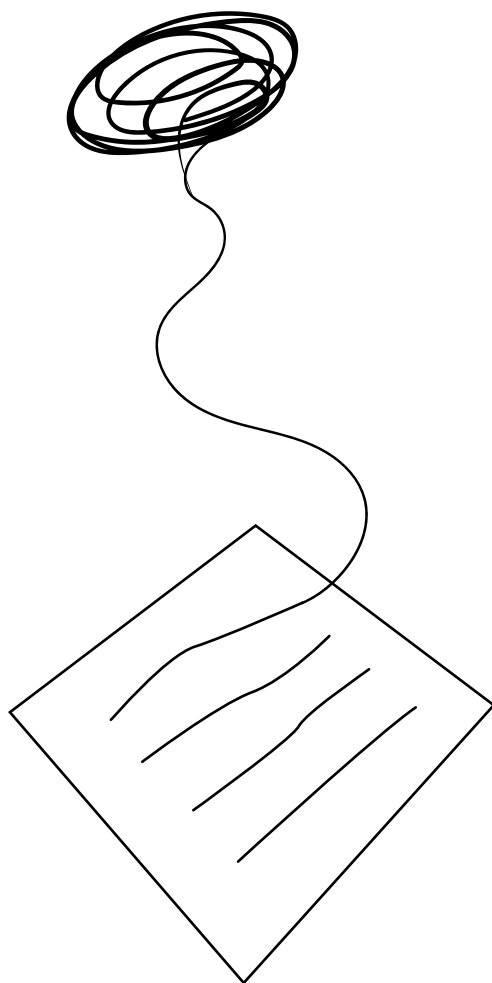
Nesta área, foram produzidos:

- **Cartilha de Elaboração do Informativo de Jurisprudência**, um guia para a produção e divulgação da jurisprudência do Tribunal.
- **Cartilha de Edição de Súmula**, que incentiva a elaboração de novas súmulas e destaca sua importância na consolidação de entendimentos pacificados na Corte de Contas.
- **Manual de Elaboração de Ementas Jurisprudenciais**, que orienta os Gabinetes de relatores na aplicação de padrões técnicos e metodológicos na elaboração dessas ementas.





Linguagem simples e acessível



Paralelamente a todas as inovações, o Tribunal de Contas do Ceará está adotando a linguagem simples em suas comunicações processuais oficiais e ofícios. Para a implantação dessas mudanças, as unidades vêm desenvolvendo ações e treinamentos, que abordam, entre outros temas, o uso da Linguagem Simples e do Direito Visual, voltados a aprimorar e facilitar a comunicação pública, com textos mais simples e uso de recursos visuais, entre eles imagens, gráficos, infográficos e vídeos.

A linguagem acessível também está presente no Diário Oficial Eletrônico do Tribunal (DOE/TCE Ceará), com o objetivo de reduzir o uso dos jargões técnicos/jurídicos. Nas edições, foi inserida uma área com “Informações importantes sobre as comunicações processuais publicadas”. O uso de uma linguagem uniforme também é previsto nas decisões proferidas pelo Tribunal, para aprimorar as deliberações e facilitar a pesquisa aos interessados.

Plataformas Digitais

O site do TCE Ceará ganhou um visual mais intuitivo e funcional, com maior acessibilidade e melhoria nos ícones de alto-contraste e de fontes. O novo layout oferece um menu de acesso aos serviços relacionados aos municípios cearenses, como o Portal de Licitações dos Municípios e a API de Dados abertos. O Tribunal também criou o Portal





Interno de Serviços, plataforma que engloba a automação dos processos administrativos e de RH dos servidores, com garantia de integridade, agilidade, celeridade, usabilidade e maior alcance.

Sistema de Registro de Pessoal

A implantação da solução WS Atos , que integra o Sistema de Registro de Pessoal (SRPV2) com os sistemas da CearaPrev, foi outra inovação da gestão. A automação do processo de recebimento dos atos propiciará ao Tribunal maior celeridade na análise e melhoria da qualidade das instruções dos processos de admissão e aposentadoria dos servidores estaduais.






Sistema e-Obras

A iniciativa e-Obras TCE Ceará representa um avanço significativo na gestão de contratos de obras públicas no Estado do Ceará. O sistema utiliza a Inteligência Artificial para analisar dados e proporciona uma visão completa dos contratos e do status das obras públicas estaduais. O e-Obras TCE Ceará é um marco significativo no aprimoramento do controle externo das obras públicas no Estado. A entrega do sistema e-Obras permitiu atingir meta do indicador “percentual de obras públicas monitoradas”, previsto no empréstimo firmado entre o Governo do Estado do Ceará e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (Bird), no qual o Tribunal possui projetos em execução para fortalecimento da gestão no setor público.

Benefícios:

- 1 Facilita e otimiza a fiscalização de obras públicas em tempo real
- 2 Permite monitoramento eficiente de contratos, convênios e aditivos
- 3 Viabiliza tomadas de decisão ágeis e bem informadas
- 4 Promove mais transparência nos processos
- 5 Aprimora a eficiência do controle externo
- 6 Gera retorno positivo à sociedade
- 7 Metodologia customizável para demais áreas de controle externo





Renovação e atualização tecnológica da infraestrutura de Data Center

Foi implantada a Infraestrutura Hiperconvergente (HCI), com evolução tecnológica na estrutura de servidores, ativos de rede, armazenamento e solução de backup. Como benefícios, obtém-se a maior capacidade de performance e armazenamento, maior integração com nuvem e diminuição dos riscos de indisponibilidade dos serviços.



Projeto Cibersegurança

O projeto consiste na implementação do processo contínuo de segurança da informação, que inclui monitoramento de segurança, gestão de vulnerabilidades, atualização da política de segurança, criação do Plano de Continuidade de Negócio (PCN), Matriz de Risco, Plano Diretor de Cibersegurança e incorporação de regras, controles de segurança nos processos de manutenção e criação de software. Com isso, é possível aumentar a proteção do ambiente de Tecnologia da Informação do TCE Ceará contra ataques e pragas virtuais.



DevOPS

O Tribunal implantou um conjunto de práticas de automação de processo para produção célere e segura de aplicações e serviços de TI de entrega contínua. Dessa forma, proporciona-se celeridade e maior segurança do desenvolvimento de *software*.



Painel de Transparência da Ouvidoria

Este painel representa uma grande inovação no serviço público. Por ele, o usuário pode conhecer as estatísticas em tempo real, combinando diferentes aspectos do atendimento e sobre qualquer período, incluindo novas informações sobre o tempo médio de resposta de cada tipo de manifestação e uma ferramenta de pesquisa de satisfação.

Sistema de Gestão Educacional e Ambiente Virtual de Aprendizagem

Novas funcionalidades foram implementadas no Sistema de Gestão Educacional (Sigid). As mudanças possibilitaram melhorias no processo de inscrição, aumentaram a produtividade na administração do sistema e facilitaram o uso do sistema pelos participantes internos e externos dos eventos.

O Sistema permite a gestão completa das ações educacionais, desde o seu planejamento até a emissão dos certificados, passando pela oferta, processo de inscrições, cadastro de

formadores, cálculo de desempenho dos participantes, controle dos custos e avaliação. Acordo de Cooperação firmado com o Tribunal de Contas do Estado de São Paulo vai permitir à Corte paulista utilizar o Sistema da Escola de Contas do TCE Ceará.

O Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) também foi atualizado. Por essa ferramenta, são realizados cursos e atividades à distância, com oferta de conteúdos digitais para o processo de aprendizagem dos servidores, jurisdicionados e da sociedade.





Transformação digital

O objetivo estratégico de realizar a transformação digital no TCE Ceará também passa pelo desenvolvimento do projeto estratégico da **implantação da plataforma LowCode**, que possibilitou fornecer serviços de automação de sistemas e atender às demandas por soluções de tecnologia da informação de forma ágil e efetiva.

A nova plataforma LowCode da **Folha de Pagamento** dispõe da automação do motor da folha totalmente parametrizada e integrada com outros processos, garantindo maior segurança, integridade e agilidade. Dentre os serviços e sistemas disponibilizados por meio da plataforma, estão o novo Portal de Serviços, sistema de emissão de Certidão online – e-Fiscal e Jurisprudência sistematizada.

Política de Inovação

Nessa gestão, foi aprovada a **Política de Inovação do TCE Ceará** com o propósito de melhorar a eficiência e eficácia das atividades e prestação de serviços da Corte, aumentar a transparência e fomentar geração e compartilhamento de ideias através de processos colaborativos. Tal iniciativa decorreu do **projeto estratégico “Bases para Inovação”** do PE 2021-2026.

Nesse sentido, cabe à Escola de Contas do Tribunal implementar a política e estimular os demais setores na criação, desenvolvimento de programas, projetos e ações que fortaleçam a inovação no Tribunal.



inovaTCE



Com a instituição da política, foi lançada a **Rede de Agentes de Inovação no TCE Ceará**, onde são compartilhados conhecimentos e experiências entre pessoas interessadas na geração de ideias e projetos para solucionar desafios e problemas institucionais. Na rede, acontecem eventos, cursos, palestras, oficinas, ideações, cocriações, atividades de integração, além do desenvolvimento e mentoria de projetos.

As ações realizadas na área de inovação estão reunidas no **Portal InovaTCE**, plataforma de compartilhamento de informações e experiências, produção de ideias e desenvolvimento de projetos. Em tempo, informa-se que tais iniciativas foram impulsionadas pelo **projeto estratégico “Inove Já”** do PE 2021-2026.



O reconhecimento recebido pela Escola de Contas do TCE Ceará, o Instituto Plácido Castelo, por sua atuação na **área de inovação**, veio com o Prêmio de Inovação Judiciário Exponencial – Edição 2022, onde conquistou o primeiro lugar na categoria “Executivo de Inovação”, subcategoria “Ministério Público e Órgãos de Controle”. O Prêmio tem o apoio da Fundação Instituto de Administração (FIA) e o objetivo de reconhecer e incentivar as iniciativas e projetos inovadores nos setores tecnológicos, de gestão e de novas metodologias no âmbito do Ecosistema de Justiça

Programa Cientista Chefe

O Tribunal de Contas do Ceará também tem atuação na área de pesquisa. Em parceria com a Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (Funcap), o TCE Ceará vem desenvolvendo projetos vinculados ao programa Cientista Chefe, política de Estado do Governo do Ceará, voltada à adoção de ações inovadoras para conectar a pesquisa com as necessidades do Ceará.

O **Novo Ciclo do Programa Cientista Chefe - Infraestrutura Viária**, denominado “Ciência e Inovação na Infraestrutura Viária do Ceará”, busca atestar a qualidade da pavimentação asfáltica nas estradas cearenses. TCE Ceará e Universidade Federal do Ceará (UFC), por meio Centro de Tecnologia em Asfalto do Norte/Nordeste, do Departamento de Engenharia de Transportes, trabalham juntos neste programa.

Outro programa é o **Monitor Fiscal**, que tem contribuído para aperfeiçoar os mecanismos e a capacidade de análise e projeção de dados das contas públicas estaduais e municipais. Entre os estudos, está a Carta de Conjuntura Macrofiscal sobre “Despesas e Receitas do Novo Governo do Estado do Ceará”. Um dos resultados verificados é a redução das receitas com impostos/taxas e com transferências correntes, no segundo bimestre de 2023 em relação ao mesmo período em 2022 (diminuição de 8,3% e 10,9%, respectivamente).





Hackathon

Como forma de estimular a **inovação** em Tecnologia da Informação, o Tribunal promoveu duas maratonas tecnológicas, os Hackathons. Os eventos reuniram desenvolvedores de software, designers e outros profissionais relacionados à área de programação. Na primeira edição, oito grupos participaram da disputa e mostraram sua criatividade no desenvolvimento de ferramentas livres capazes de contribuir para o combate à corrupção. O primeiro Hackathon ocorreu em 2020 e contou com a presença de mais de trinta programadores de todo o país.

A segunda edição ocorreu em 2023, com o título de Low Code Day. Desta vez, o objetivo foi disseminar o uso da plataforma Sydle pelo TCE Ceará, possibilitando a automatização de processos simples, que tenham impacto no desenvolvimento dos trabalhos e contou com a presença de cerca de trinta profissionais, distribuídos em oito equipes. Ambos os eventos foram realizados no Laboratório do Sebrae (Sebraelab).





TRIBUNAL DE CONTAS
DO ESTADO DO CEARÁ



ESTRUTURAÇÃO FÍSICA E VIRTUAL







Tribunal moderno e integrado

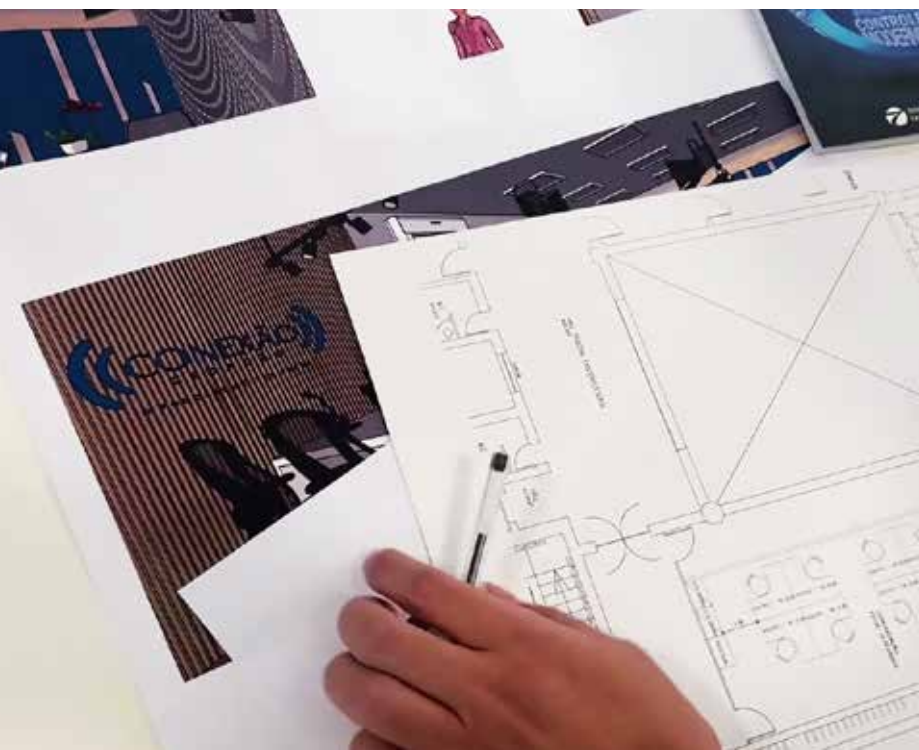
O aprimoramento da infraestrutura física e lógica da Corte de Contas recebeu grande atenção da gestão. O objetivo de integrar todos os servidores, colaboradores e estagiários em um único centro administrativo foi alcançado. Nesse sentido, destaca-se a inauguração do Anexo III, onde estão instaladas todas as unidades de controle externo, num espaço moderno e dotado com equipamentos de última geração, permitindo maior sinergia entre as equipes.

Novo prédio - Anexo III

Inaugurada em janeiro de 2022, a obra do Anexo III do Tribunal de Contas do Ceará foi executada pela Secretaria de Administração, por meio da Diretoria de Engenharia e Logística, das Gerências de Obras e Serviços de Engenharia e de Manutenção e Conservação. São 1.100 metros quadrados de área construída, de forma plana, com acessibilidade e capacidade para 212 estações de trabalho. A estrutura tem capacidade de ampliação para outros pavimentos. A rede de dados utiliza equipamentos modernos, com altíssima velocidade. A iluminação foi calculada e distribuída por projeto luminotécnico, respeitando as exigências das normas de ergonomia e segurança do trabalho.

Estúdio de gravação

Outro ponto de destaque foi a modernização do espaço destinado à comunicação social, com a inclusão de um moderno estúdio de gravações, onde são produzidos os programas de rádio e televisão, bem como as videoaulas da Escola de Contas. O estúdio tem 40 m², possui paredes de duplo isolamento térmico e acústico, piso vinílico antirruído, iluminações adequadas, bancada, mesa de apoio, móvel para guarda de materiais e equipamentos. É mais um produto contemplado no Planejamento Estratégico da Corte, dentro do projeto estratégico “Comunicação 4.0”.





Ampliação do sistema de energia solar fotovoltaica on-grid

Como ação de sustentabilidade econômica e ambiental, o Tribunal de Contas do Ceará ampliou a usina de energia solar fotovoltaica, que passa para uma potência de 350 kwp (quilowatt pico). A iniciativa leva em consideração as ações voltadas à sustentabilidade e o potencial de irradiação solar do Estado, buscando a utilização de fontes renováveis de energia. O novo sistema é composto por três inversores e 594 painéis solares fotovoltaicos, que estão distribuídos estrategicamente em cima do galpão de estacionamento da Corte de Contas cearense, em uma área de aproximadamente 2.500 metros quadrados. A previsão é que a usina de energia solar promova uma redução média de até 30% do valor da conta mensal de energia.



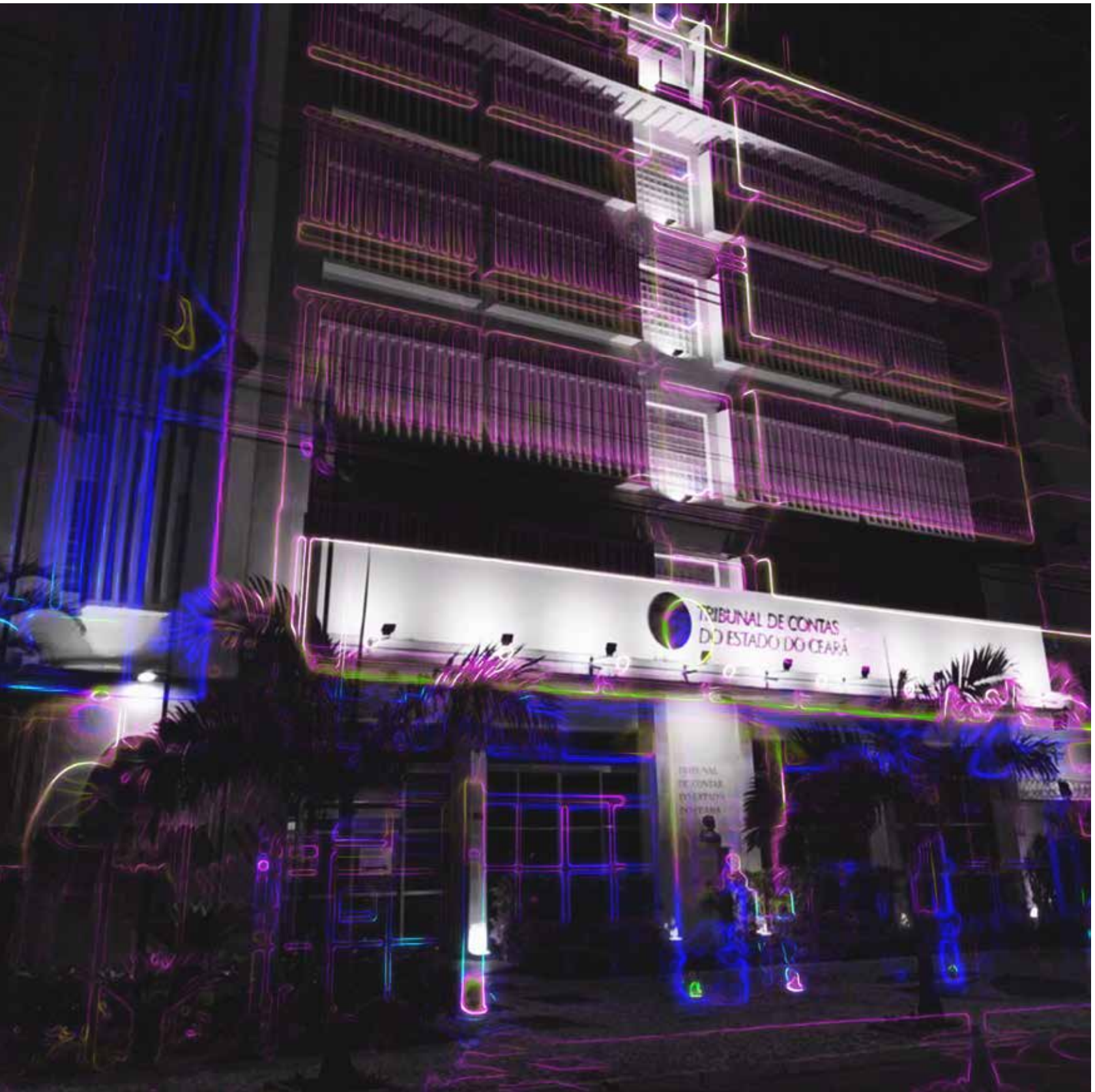


Reestruturação e modernização do Edifício-Sede

A modernização do Edifício Antônio Coelho, sede do TCE Ceará, passou pela atualização das fachadas, que receberam novo revestimento e sistema de iluminação, assim como pela reestruturação dos quadros elétricos, serviço que contribuiu para ampliar a capacidade de trabalho, com segurança e mais eficiência.

A reestruturação também focou na segurança institucional, com a construção da Central de Cadastramento, Controle de Acesso e Segurança do TCE Ceará, obra que reforçou a vigilância e ampliou a capacidade de fluxo de entrada e saída de veículos.







Acessibilidade

Foi instituída a Política de Acessibilidade do Tribunal de Contas do Ceará, com o objetivo de garantir às pessoas com deficiência e mobilidade reduzida o acesso aos ambientes, serviços e recursos materiais, de comunicação e tecnológicos disponíveis no TCE Ceará, eliminando barreiras e primando por soluções inclusivas e sustentáveis. A iniciativa leva em consideração a Política de Sustentabilidade do TCE Ceará e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU, e teve como referência as normas existentes no Tribunal de Contas da União (TCU), Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e Associação dos Membros dos Tribunais de Contas (Atricon).

Controle e Segurança

Também foram estabelecidas diretrizes de controle relativas ao acesso e permanência de pessoas nos prédios da Corte de Contas cearense. A gestão fica a cargo da unidade de gestão de transportes e segurança.

Com o normativo, o Tribunal disciplinou o uso de suas instalações, a fim de intensificar o controle de segurança dos prédios, de acordo com as normas técnicas vigentes, a eficiência energética dos equipamentos, o atendimento das demandas internas dos setores, a segurança dos usuários e a segurança dos prédios.





Sala de apoio aos jurisdicionados



Com a virtualização de processos, o Tribunal observou a necessidade de prover espaço que garanta a acessibilidade às partes interessadas e aos advogados que necessitem de auxílio para digitalização de documentos e peticionamento junto ao Portal de Serviços, criando a Sala de apoio aos jurisdicionados. O atendimento na unidade é feito durante o horário de expediente do Tribunal, conforme os regramentos da Corte.



Novo Espaço Multiuso do Edifício 5 de Outubro

O Salão Multiúso do Tribunal, localizado no Edifício 5 de Outubro, destina-se à realização de eventos, apresentações e reuniões de maior porte, além da recepção de autoridades pela Presidência e membros do TCE Ceará. Nesta gestão, foi feita uma reforma para ampliar a infraestrutura do ambiente.



Redução do arquivo



Outro problema solucionado com a reorganização estrutural e lógica, aliada aos novos procedimentos e, em especial, à digitalização dos processos, foi a guarda de milhares de processos físicos, recebidos quando a Corte absorveu as atribuições para a análise de recursos municipais. O avanço na digitalização e a conversão de processos físicos em eletrônicos, tornou possível entregar dois imóveis alugados pelo Tribunal, utilizados para o arquivo. Atualmente, o arquivo do Tribunal possui 150 prateleiras, com cerca de 3.949 caixas, que estão sendo reduzidas gradativamente.





Retrofit do Edifício da Escola de Contas

Para melhorar o funcionamento da Escola de Contas do Tribunal, foi assinado contrato de reforma do prédio Anexo I do TCE Ceará. O objetivo é recuperar, modernizar e revitalizar a edificação.

Infraestrutura tecnológica

Além da modernização da infraestrutura física, outro fator que demandou pela reestruturação e ampliação dos recursos de TI, foram os desafios impostos pela pandemia, com a implementação do teletrabalho, necessário para garantir a continuidade da prestação de serviços à sociedade, necessário durante o período de isolamento social.

A infraestrutura de tecnologia da informação do Tribunal, foi adequada para possibilitar o acesso à rede local de computadores via VPN (rede privada virtual), provendo todo suporte técnico necessário aos usuários. Videoconferências em reuniões e eventos do Tribunal foram promovidas com o apoio da área de TI, que utilizou a solução Cisco Webex Meeting, em parceria com a Empresa de Tecnologia da Informação do Ceará (Etice), sem ônus adicionais e com toda segurança necessária. Foi implementada solução para interligar a unidade de arquivo à internet do Tribunal, o que possibilitou o uso de sistemas de informações e as comunicações institucionais.

O **“Programa de Saneamento da Infraestrutura de TI”** visa a realização de projetos de estruturação e segurança em tecnologia de todo o Tribunal. Entre outros aprimoramentos foi feita a renovação da garantia para os storages, equipamentos de rede, equipamentos de backup e servidores; e instalada uma infraestrutura hiperconvergente (HCI) – hardware nos dois sites (Contêiner e Site Back): seis servidores, quatro switches, dez discos adicionais SSD.

Destaque-se também o projeto estratégico para o **aperfeiçoamento da Segurança de TI** do Tribunal, com a contratação de serviços especializados para reduzir os riscos de ataques e indisponibilidades, identificar e corrigir vulnerabilidades e melhorar a proteção do ambiente de tecnologia. E em paralelo foi atualizada a **Política de Segurança da Informação** e aperfeiçoada a cibersegurança, envolvendo o monitoramento remoto e ininterrupto dos servidores, redes e equipamentos e softwares.





CAPACITAÇÃO







Capacitação

A atenção dispensada ao estímulo ao controle social, refletiu o compromisso da gestão em reforçar a oferta de cursos, palestras e capacitações para gestores, servidores públicos e a sociedade. Os reflexos podem ser observados na execução do acordo de cooperação, assinado entre a Corte de Contas e a Secretaria da Educação do Estado, para inclusão da disciplina eletiva “Cidadania e Controle Social das Contas Públicas” em escolas de ensino médio. Iniciativa pioneira entre os Tribunais de Contas, proporciona aos estudantes da rede pública estadual cearense um novo componente curricular eletivo.

No primeiro semestre de 2023, **50 escolas** aderiram à disciplina eletiva ofertada pelo TCE Ceará, conquistando 76% das Coordenadorias Regionais de Desenvolvimento da Educação (Credes) e da Superintendência das Escolas Estaduais de Fortaleza (Sefor) e contemplado cerca de **1.500 alunos e 50 professores**.

Cerca de 70 escolas de 59 municípios aderiram à disciplina para o segundo semestre, contemplando 85% das 20 Credes e da Sefor, beneficiando 2.450 alunos. Para o ensino da matéria, cerca de 64 professores receberam 20 horas de formação por profissionais da Corte de Contas, possibilitando o desenvolvimento e compreensão plena dos temas tratados.

A Escola de Contas do TCE Ceará, Instituto Plácido Castelo (IPC), presidida pelo conselheiro Ernesto Saboia, é responsável pelo desenvolvimento de ações direcionadas à oferta da disciplina eletiva. A nova disciplina apresenta conceitos básicos sobre a administração pública, explicando as principais atribuições dos Tribunais de Contas, no que

diz respeito à fiscalização dos recursos públicos, ao fomento à transparência e ao controle social. Desta forma, busca-se desenvolver o pensamento crítico e o protagonismo dos jovens, por meio do exercício mais pleno da cidadania.

Livro didático

Como material didático da disciplina, o TCE Ceará elaborou o **livro “Cidadania e Controle Social das Contas Públicas”**, especialmente para os estudantes da rede pública do Estado. A obra trata de temas importantes como variedades de orçamento público, o que é controle social, políticas sociais, gestão participativa escolar, uso de tecnologias para o controle social, entre outros. A escola de contas também oferta curso on-line acerca da disciplina, direcionado aos professores.





TCEduc - Edição 2023

O **TCEduc**, programa de educação continuada do Tribunal de Contas do Ceará, adotou, em 2023, uma metodologia híbrida, com capacitações presenciais e a distância. A iniciativa visa ampliar as possibilidades de formação oferecidas pelo Instituto Plácido Castelo.

Entre as capacitações do programa, destaque-se as palestras proferidas pela área de comunicação social do Tribunal, que, com o apoio da Escola de Contas, tem percorrido os municípios, estreitando o contato com os comunicadores do Estado – jornalistas, radialistas, assessores de imprensa e estudantes de comunicação. A ação faz parte do projeto estratégico **“Comunicar Melhor”** e visa contribuir para disseminar as ações do Tribunal em todos os municípios cearenses.

A Ouvidoria também se faz presente, esclarecendo seu papel e divulgando os canais de acesso ao TCE Ceará para os cidadãos. Instituições parceiras, entre elas o Ministério Público do Trabalho (MPT) e a União dos Vereadores do Ceará (UVC), também integraram o TCEduc.

A edição 2023 do programa contemplou os 184 municípios cearenses. Como forma de otimizar os recursos disponíveis, as capacitações ocorreram em 33 municípios sedes, definidos a partir das microrregiões estabelecidas pelo planejamento do Governo do Estado. Até o final de agosto, já haviam sido capacitadas mais de 4.400 pessoas de cerca de 150 municípios, o que corresponde a 82% do total de cidades cearenses.

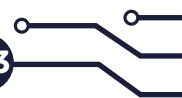


CURSOS OFERTADOS NO TCEduc 2023

- Orçamento Público e sua Execução
- Gestão de Recursos Humanos
- Execução Orçamentária e Prestação de Contas de Recursos da Educação
- Gestão de Compliance e Governança no Setor Público
- Nova Lei de Licitações e Contratos
- Prestação de Contas de Convênios: O que não podemos esquecer
- Lei Geral de Proteção de Dados
- Gestão Financeira e Patrimonial
- Regimes Próprios de Previdência nos Municípios



Além das formações presenciais, o conteúdo dos cursos está disponibilizado no site do TCEduc, em formato de videoaulas, podcasts e Perguntas Respondidas Frequentemente (FAQ).



TCE Ceará Orienta

O Tribunal de Contas do Ceará, com o apoio da Escola de Contas Instituto Plácido Castelo, realizou, o primeiro encontro de formação de gestores públicos estaduais que assumiram cargos em 2023 – o **TCE Ceará Orienta**. Participaram secretários de estado e secretários executivos, autoridades máximas de autarquias, fundações, empresas públicas, sociedades de economia mista, reitores, servidores estaduais. O encontro abordou temáticas de governança, fiscalização, prestações de contas de gestão, serviços processuais e capacitações.





Desenvolvimento de Líderes



Contemplando as expectativas, desafios e aprendizados, foi lançado o **Programa de Desenvolvimento de Líderes**, iniciativa da área de Gestão de Pessoas, em parceria com a Escola de Contas.



A primeira capacitação teve como tema “Evoluir: liderando para transformar”. Os encontros propiciaram espaço de escuta, construção em equipe e oportunidade de debater sobre a importância da liderança humanizada e empática, desenvolvimento dos times, identificação das potencialidades, motivação, engajamento, valorização e reconhecimento das pessoas.



Os conhecimentos adquiridos pelos servidores do Tribunal são compartilhados, desde 2022, com os demais integrantes da Corte por meio do programa **TCE Multiplica**, também coordenado pela área de Gestão de Pessoas em parceria com o IPC. E visa o fortalecimento e disseminação da cultura da aprendizagem no TCE Ceará, como forma de aprimorar os resultados.



TCE Ceará e USP: Especialização em Políticas Públicas para Cidades Inteligentes

Iniciado em 2020, o curso de pós-graduação em “Políticas Públicas para Cidades Inteligentes (Smart Cities)” foi uma realização da Universidade de São Paulo (USP), por meio da Escola de Artes, Ciências e Humanidades (EACH), em parceria com o Tribunal de Contas do Ceará.

Participaram da especialização, cerca de 60 alunos de vários órgãos da administração pública estadual. A coordenação foi feita pelos professores



doutores Ana Carla Bliacheriene e Luciano Vieira de Araújo. O objetivo do curso foi o de desenvolver habilidades para uma gestão eficaz, transparente e compartilhada, a partir do impacto das novas tecnologias e da revolução digital, com o uso de estatísticas, para gerar conhecimento e aprimorar as políticas públicas nas cidades urbanas.

Foram 21 disciplinas, divididas em quatro módulos, cursados durante 24 meses – Novas Tecnologias para Gestão Pública, Gestão Inteligente das Cidades, Cidadania Inteligente e Metodologia de Pesquisa Científica. No total, a especialização teve 436 horas de aula, 60 horas para monografia e 24 horas de seminários. A conclusão do curso aconteceu em agosto de 2022, presencialmente, no TCE Ceará.



Recredenciamento

O Instituto Plácido Castelo continuará com a oferta de cursos de pós-graduação lato sensu, na área da sua competência. O recredenciamento foi concedido pelo Conselho Estadual de Educação do Ceará (CEE), com validade de 1º de janeiro de 2022 até 31 de dezembro de 2026.

Em agosto de 2023, foi aprovada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) a proposta feita pelo TCE Ceará, por meio do IPC, e pela Universidade Estadual do Ceará (Uece) para **oferta de cinco cursos de especialização na modalidade a distância**. São eles: **Auditoria e Controle Interno; Controladoria Pública; Contabilidade Pública; Gestão Pública; e Gestão Pública Municipal**. Serão cinco turmas, 36 alunos em cada, com 180 vagas por curso e 900 vagas no total. O início das atividades está previsto para fevereiro de 2024.

O objetivo é fortalecer esses quadros técnicos em nome da boa governança na gestão pública e está alinhado ao Plano Estratégico institucional.

Revista Controle – Doutrina e Artigos

Oito edições da Revista Controle – “Doutrina e Artigos” foram lançadas de 2020 a 2023. A publicação do TCE Ceará busca disseminar o conhecimento científico, contribuindo para a melhoria do processo de controle externo.





O periódico tem como editor-chefe o conselheiro Edilberto Pontes, presidente do IRB e vice-presidente do TCE Ceará, entusiasta das discussões técnicas e científicas e do engajamento do Tribunal com o compartilhamento de pesquisas e ensaios atuais.

A Revista Controle é reconhecida pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) com a classificação QUALIS B2. A certificação foi concedida nas seguintes áreas: Administração Pública e de Empresas, Ciências Contábeis e Turismo, Ciência da Computação, Ciência Política e Relações Internacionais, Ciências Ambientais, Direito, Economia, Interdisciplinar e Saúde Coletiva.

A publicação é registrada em bases de dados nacionais e internacionais, como o Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), CAPES, Latindex, PKP/Index, Diadorim, Livre, Rede Rubi, Google Acadêmico e Editora Digital Fórum. Atualmente, todas as edições da Revista encontram-se registradas junto à Crossref, o que permite a inclusão do DOI, um identificador permanente para cada artigo publicado, no Currículo Lattes, da Plataforma Lattes do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).





Política de direitos autorais e de desempenho de ações pedagógicas

A Corte de Contas estabeleceu a Resolução Administrativa nº 14/2023 (publicada no DOE de 28/06/2023) regulamentando a política de direitos autorais e de desempenho de ações pedagógicas do Instituto Plácido Castelo. A norma define questões relacionadas à produção de material didático e política de direitos autorais, contratação e pagamento de profissionais.

Foram estabelecidos os critérios de cadastramento dos professores para a realização de formação continuada, considerando escolaridade mínima em nível de graduação e competência comprovada no tema a ser ministrado, com avaliação de prioridades para a seleção dos profissionais cadastrados.

A política de Direitos Autorais, disposta no documento, é um conjunto de diretrizes que visa orientar a gestão e a negociação dos direitos da produção intelectual do docente, bem como outros materiais, defendendo a não violação destes, de ordem patrimonial ou moral, em conformidade com a legislação brasileira (Lei nº 9610/1998) e internacional sobre o assunto.



Programas “Agente de Controle” e “Acessibilidade em Ações Didáticas”

Criado para disseminar a importância do controle social sobre as finanças públicas no meio estudantil e na população em geral, o programa Agente de Controle já capacitou mais de 5.300 estudantes. Somente entre janeiro de 2020 a junho de 2023, foram realizadas 59 ações do programa.

A partir de 2023, o programa passou a englobar as **Visitas Guiadas ao TCE Ceará**, palestras nas escolas e universidades, a disciplina eletiva Cidadania e Controle Social das Contas Públicas e as ações com Grêmios das escolas do ensino fundamental de Fortaleza. Foram realizadas 13 visitas guiadas com estudantes, foram 465 alunos que puderam conhecer na prática o funcionamento do Tribunal.

No mesmo ano, teve início o **Programa de Acessibilidade em Ações Didáticas**, por meio do lançamento de novos cursos virtuais com tradução em Língua Brasileira de Sinais (Libras). A iniciativa tem o objetivo de contemplar pessoas com deficiência auditiva e alinha-se com os objetivos de desenvolvimento sustentável.

Nesse sentido, o curso “Nova Lei de Licitações e Contratos (Lei 14.133/2021)” apresenta todas as videoaulas com tradução em Libras. Os próximos cursos a serem lançados nesse formato serão: “Normas Brasileiras de Contabilidade Pública” e o “Administração Pública: Aspectos relevantes do Controle Interno”.



**em
números**



920

ACÇÕES
EDUCACIONAIS
de 2020 a 2023



50.319

PESSOAS
CAPACITADAS
de 2020 a 2023

OUTRAS AÇÕES REALIZADAS PELO IPC DE 2020 A JUNHO DE 2023



EDIÇÕES DO PODCAST
EDUCAÇÃO PARA O CONTROLE



EDIÇÕES DO PROGRAMA
LEITURA EM REDE



DICAS DA BIBLIOTECA
RAIMUNDO GIRÃO



EDIÇÕES DO PROJETO
SEXTA DE IDEIAS



EDIÇÕES DO
TALK CRIATIVO



EDIÇÕES DO PROGRAMA
EDUCAÇÃO PELA ARTE



EDIÇÕES DO PROGRAMA
BIBLIOTECA ATIVA



EVENTOS



PARCERIAS
INSTITUCIONAIS



INSTITUTO PLÁCIDO CASTELO



1000.11

1000.11

1000.11

1000.11

1000.11

1000.11

1000.11

1000.11

1000.11

1000.11

1000.11

1000.11



TRANSPARÊNCIA





TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO CEARÁ

INSTITUCIONAL CIDADÃO

CITE
Congresso Internacional de Tribunais de Contas

Desafios da governança, das responsabilidades fiscal e social e da sustentabilidade na era digital
28/11 a 1º/12
Fórum - CE - 2022

PORTAL DE SERVIÇOS

gontexto

PLENÁRIO VIRTUAL

ÁGORA

Notícias



Qualificações itinerantes do TCEduc 2023 são ofertadas no município de Tauá

1ª FEIRA DE INOVAÇÃO DO TCE CEARÁ

Com palestra e exposição de trabalhos, TCE Ceará realizará 1ª Feira de Inovação em outubro

Acesso rápido

- PORTAL DA TRANSPARÊNCIA
- INSTITUTO RUI BARBOSA 50
- Controle



Conquista do Selo Diamante e o incentivo da participação cidadã

A transparência é um dos valores principais do Tribunal de Contas do Ceará, e a conquista do **Selo Diamante pelo TCE Ceará**, em 2022, pelo Programa Nacional de Transparência Pública (PNTTP), foi um reconhecimento valioso da atuação transparente da Corte de Contas cearense. A iniciativa, promovida pela Atricon, com o apoio das entidades que compõem o Sistema Tribunais de Contas, avaliou a transparência ativa, quando os dados são disponibilizados de forma espontânea, independentemente de solicitação.

A análise é realizada em todos os portais dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário e dos órgãos fiscalizados pelos Tribunais de Contas, incluindo os sites das próprias instituições de controle externo. Em 2022, o levantamento nacional alcançou cerca de 8 mil portais públicos, englobando a União, 26 Estados, o Distrito Federal e 4.191 Municípios.

Em 2023, a Corte de Contas atuou para a manutenção do **Selo Diamante**, dedicando esforços para implementar novos quesitos de transparência, com a colaboração das unidades do Tribunal atuando de forma coordenada, implementando as melhorias necessárias, entre elas:





● **Transmissão das Sessões dos Colegiados, ao vivo**, pelo Canal do TCE Ceará no YouTube.



● **Novo ambiente virtual da Ouvidoria**, com relatórios sobre o atendimento.



● **Acessibilidade do site institucional**, com recursos de tradução do texto para Libras.



● **Novo Portal de Serviços**, com oferta de serviços eletrônicos, de forma fácil e rápida.



● **Painel das Fiscalizações dos Portais da Transparência**, o e-Transparência, com informações dos portais das Câmaras Municipais e das Prefeituras cearenses.

● **Novas funcionalidades no Portal da Transparência**, com atualizações das despesas, disponibilização de documentos dos processos de licitação e contratos.



Comunicação Institucional ainda melhor

De forma estratégica, criativa e inovadora, o TCE Ceará vem garantindo mais transparência e celeridade no repasse de informações. A comunicação objetiva e tempestiva é adotada em todos os **canais de divulgação** do Tribunal de Contas do Ceará.

Iniciativas inovadoras também tiveram origem no Plano Estratégico 2021-2026, mais especificamente nas ações dos projetos **“Comunicar Melhor”** e **“Transparência Ativa”**, que aprimoraram o modelo de divulgação das ações do Tribunal. Destaca-se a palestra ministrada pela Assessoria de Comunicação sobre mídia e controle social, que, em 2023, foi incluída na programação do TCEduc, tendo como público-alvo jornalistas, radialistas, assessores de imprensa e estudantes de Jornalismo.

O TCE Ceará ganhou um novo integrante: o **Fiscalino**, que leva o conhecimento sobre as atividades do órgão à sociedade, de forma empática e lúdica. O nome foi definido a partir de uma pesquisa interna entre os servidores. O Fiscalino já está presente em publicações, campanhas e vídeos do Tribunal. No lançamento, foi elaborada uma Cartilha de Atividades, com jogos e desafios para os leitores das mais variadas idades.

SIGA NOSSAS
PÁGINAS
@TCECEARA



@tceceara

O Tribunal está nas redes sociais, com perfil oficial no Instagram, Facebook, YouTube e Twitter, utilizando peças interativas, cards educativos e muita informação de qualidade, diretamente da fonte oficial.

Acontece TV

Com edições semanais, o programa **“Acontece TV”** ampliou sua audiência durante essa gestão, com matérias e entrevistas sobre julgamentos, serviços e cursos do Tribunal veiculados nas quatro emissoras públicas do Ceará – TV Assembleia, TV Câmara Fortaleza, TV Terra do Sol e TV Ceará – por meio de parcerias institucionais, uma prestação de contas à sociedade. As matérias também podem ser acessadas no canal oficial do TCE Ceará no YouTube e nas redes sociais.



Conexão Cidadão

Lançado em 2020, o podcast “Conexão Cidadão”, ganhou impulso institucional e se firmou por divulgar, de forma acessível e em uma linguagem simples, informações sobre as atividades e os serviços prestados pelo órgão, ampliando o entendimento sobre o papel de controle externo e intensificando a participação da sociedade. Além do YouTube, os episódios estão nas plataformas digitais. Parcerias com a Rádio Fortaleza FM e a FM Assembleia também ampliaram o alcance de ouvintes.

A criação, produção e edição semanal dos dois programas – Acontece TV e Conexão Cidadão – são realizadas pela Assessoria de Comunicação Social do Tribunal.



Transparência Ativa

O projeto estratégico “Transparência Ativa” trouxe novos produtos para potencializar o acesso fácil a informações e serviços. Conselheiros, servidores do TCE Ceará e especialistas em Administração Pública participaram do projeto, realizado em parceria com a Fundação Demócrito Rocha (FDR). Foram produzidos seis webinar, dez webdocumentários, doze programas de rádio, três manuais técnicos e seis animês tutoriais.

Os programas, manuais e tutoriais criados estão disponíveis na plataforma digital “Transparência Ativa”



Apresentação

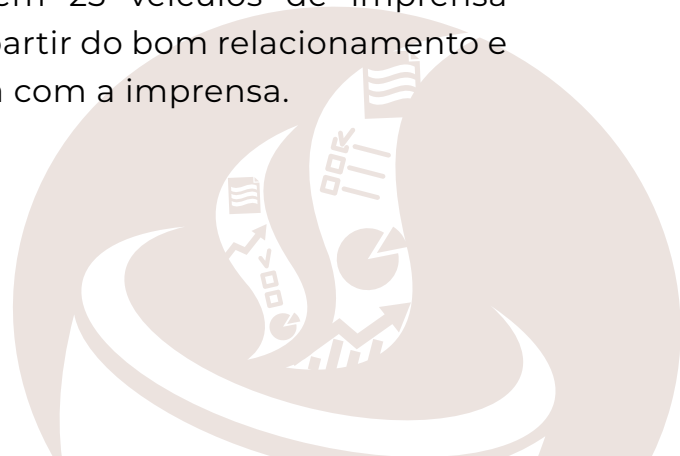
O Tribunal de Contas do Estado do Ceará está ampliando seus canais de transparência com o projeto Transparência Ativa. O objetivo é disseminar conhecimento, estimular a comunicação do Tribunal com a população e fortalecer o controle social. Para isso, estão sendo disponibilizados webdocs, programas de rádio, webinars, animês tutoriais e manuais técnicos para a população potencializar o conhecimento sobre seus direitos e o acesso à informação.

[Baixar programação completa](#)



Café com Dados

A parceria institucional com a imprensa cearense é fortalecida diariamente. No fim do ano, é apresentado aos profissionais de comunicação um balanço da gestão do Tribunal, durante o **Café com Dados**. No relatório **TCE na Mídia**, são divulgados os quantitativos relacionados à comunicação, entre eles o número de matérias sobre o Tribunal publicadas em 25 veículos de imprensa (jornais, sites e blogs), a partir do bom relacionamento e do trabalho da assessoria com a imprensa.





Contexto

A plataforma de busca “**Contexto**” ganhou **novas funcionalidades**. O sistema de pesquisa foi aperfeiçoado com ferramentas mais intuitivas, com acesso ao banco de dados do Tribunal para consulta de pareceres, acórdãos, despachos, ofícios e votos, entre outros. Basta clicar na ferramenta Contexto e fazer a busca pelo número do processo ou por palavra-chave. Os arquivos de caráter reservado contam com mais segurança quanto ao sigilo.

Diário Oficial Eletrônico do TCE Ceará

As rotinas junto ao **Diário Oficial Eletrônico do TCE Ceará** foram aperfeiçoadas. Também foi implementado o **Sistema Push DOE**, como ferramenta de acompanhamento processual tempestiva e transparente.

DE 2020 A JUNHO DE 2023...

12.715

DECISÕES PROFERIDAS PELOS COLEGIADOS DO TRIBUNAL ATRAVÉS DE ACÓRDÃOS

53.479

COMUNICAÇÕES NO DOE/ TCE CEARÁ, ENTRE EDITAIS DE NOTIFICAÇÃO E COMUNICAÇÃO PROCESSUAL

FORAM PUBLICADOS:



Informações e serviços aos jurisdicionados

A transparência nas informações e serviços do Tribunal pode ser conferida no Portal Institucional do Tribunal. No Menu Jurisdicionado, podem ser conferidos dados sobre os **Índices de Efetividade da Gestão Municipal e Estadual**, o **Calendário de Obrigações Estaduais e Municipais** e o **Calendário de Sessões** do Tribunal, e as respectivas pautas.

No Portal de Serviços, estão reunidos os acessos aos sistemas e serviços do Tribunal, entre eles o **Ágora**, de prestações de contas de gestão estadual, o **eContas Municipal**, que recebe os dados e peças processuais das prestações de contas de gestão (PCS) e de governo (PCG) e o Plenário Virtual.

O TCE Ceará também oferta o **Sistema de Informações Municipais (SIM)**, com orientações de formatação dos dados para as **prestações de contas mensais** em meio informatizado. As informações subsidiam as atividades de controle externo e a geração do relatório de suporte às análises iniciais das prestações de contas. Os dados são disponibilizados no Portal da Transparência dos Municípios e utilizados na geração do **Relatório de Acompanhamento Gerencial (Reage)**.

A virtualização de processos e ações ampliou a eficiência e garantiu maior celeridade aos trabalhos no Tribunal. Foram estabelecidas regras para monitoramento, **que buscam assegurar a efetividade dos sistemas**. Nos casos de indisponibilidade técnica, os prazos processuais são prorrogados, o que proporciona aos jurisdicionados e advogados a necessária segurança jurídica quanto ao exercício de seus direitos e deveres.



Ouvidoria

A Ouvidoria é o canal oficial da instituição para esclarecer dúvidas sobre quaisquer serviços ou ações do Tribunal de Contas do Ceará. A Corte de Contas disponibilizou a **Carta de Serviços ao Cidadão**, com uma série de informações, serviços e canais de atendimento, um instrumento de controle social que facilita o acesso à Corte de Contas. Uma atenção especial foi dada ao projeto de **Reformulação dos Canais de Atendimento do Tribunal**, com mapeamento e redesenho dos fluxos dos principais tipos de demandas da ouvidoria, elaboração de manuais de procedimento direcionados à unidade e ao serviço de protocolo e autuação.

O **Painel de Transparência da Ouvidoria** foi atualizado, permitindo consultar informações sobre o andamento na área, o tempo médio de encerramento das manifestações e o nível de satisfação dos usuários. A plataforma foi criada pelo Tribunal, com uso de inteligência artificial, acesso fácil a informações, visualização intuitiva dos dados e transparência.

CONHEÇA OS CANAIS DA OUVIDORIA DO TCE CEARÁ:



CONTATE A OUVIDORIA

<https://www.tce.ce.gov.br/ouvidoria/contate-a-ouvidoria>



E-MAIL

ouvidoria@tce.ce.gov.br



TELEFONE

(85) 3212.2222
(85) 3488.481
0800.079 6666



ENDEREÇO

Rua Sena Madureira, 1047,
Bairro Centro – Fortaleza (CE)
CEP 60.055-080

Linha do Tempo

2020



Maratona Hackathon do TCE Ceará

24/1



6/1

Posse dos novos dirigentes do TCE Ceará

Definição de medidas de prevenção ao Coronavírus

16/3

Início da especialização em Políticas Públicas para Cidades Inteligentes – TCE Ceará e USP

5/3



5/2

Implantação do Escritório de Projetos e Processos

Instituição do regime de teletrabalho emergencial

18/3



6/5

Implantação do Sistema Push



Lançamento da cartilha digital com orientações para período de calamidade

7/5

Disponibilização do conteúdo digital dos processos para consulta

3/4

Divulgação do Plano de Contingenciamento de Despesas

6/4

TCE Ceará e CGU/CE verificam possíveis irregularidades no auxílio emergencial

11/6



Tribunal inicia retomada dos serviços presenciais

15/6



Acontece TV será veiculado na TV Terra do Sol

11/8



Início do novo ciclo do Planejamento Estratégico

3/12

Lançamento do Podcast "Conexão Cidadão"

3/8

Aprovado Plano Diretor da Secretaria de Controle Externo

4/6

Destaque em Comunicação do Setor Público – Top Mega Brasil

24/9



18/9

Júlio Saraiva é o novo Procurador-geral do MPC

Orientações sobre período de calamidade

4/5



2021



TCE Ceará promove palestra para Policiais Militares

21/10



Podcast do TCE Ceará na FM Fortaleza

7/12

TCE Ceará integra grupo para promoção dos ODS

27/5



14º TCE Debate aborda avaliação de políticas públicas

22/10



Colóquio Luso-Brasileiro

30/6

Aprovado o Planejamento Estratégico do TCE Ceará 2021-2026

8/2

Nova Lei de Licitações em debate no Fórum Nacional de Auditoria

13/8

Encerramento da especialização "Políticas Públicas para Cidades Inteligentes"

9/11



Lançamento do livro "Federalismo e Democracia em Tempos Difíceis"

11/11



Eleitos os novos dirigentes do Tribunal

8/12

Representantes do IRB conhecem sistema de educação em Sobral

10/12



5/4

Versão interativa da Carta de Serviços ao Cidadão

7/7

Tribunal de Contas do Ceará integra Pacto contra o Coronavírus no Estado



20/7

Papel orientativo é destaque no IX Seminário de Gestores Públicos

29/7

Medalha comemorativa pelos 130 anos do Ministério Público do Ceará



12/11

Conselheiro Edilberto Pontes é eleito presidente do Instituto Rui Barbosa

17/11

TCE Ceará decide que ressarcimento de dano ao erário é imprescritível

26/11

TCEduc 2021 – edição especial



16/12

Certificação do Selo TCE Ceará Sustentável



10/12

Inspeções em rodovias estaduais para analisar a qualidade asfáltica



2/12

Presidente Valdomiro visita SSPDS para conhecer ferramentas de inteligência





2022



TCE Ceará e MPT-CE assinam acordo de cooperação

7/7

Concluída a especialização em "Políticas Públicas para Cidades Inteligentes"

Aula inaugural do MBA Auditoria e Inovação no Setor Público

12/5



Papel orientativo em destaque no X Seminário de Gestores Públicos

22/6

Conexão Cidadão estreia na Rádio FM Assembleia

6/5



Conselheiro Ernesto Saboia é o novo Diretor-Presidente do IPC

14/6



e-TCE Ceará: nova solução informatizada

16/8



5º Congresso Nacional dos Auditores

22/11



Edilberto Pontes é o novo presidente do Instituto Rui Barbosa

22/2



Especialistas debatem Lei da Ficha Limpa

11/8

TCE Ceará recebe Selo Diamante

18/11



4/1

TCE Ceará empossa novos dirigentes



5/1

Inauguração do Anexo III



8/2

Conselheira Patrícia Saboia é empossada no cargo de corregedora



13/5

Novas ações de transparência ativa



13/7

Programa do TCE é veiculado na TV Ceará

3/8

Políticas públicas para a primeira infância



4/8

TCE Ceará e OAB assinam acordo de cooperação

13/9



TCE Ceará recebe declaração da Atricon pelas boas práticas

9/11

Leilyanne Feitosa é a nova Procuradora-Geral do MPC



7/12

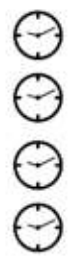
Atuação do Ministério Público de Contas



8/12

"Cidadania e Controle Social das Contas Públicas" no ensino médio

2023



Este livro foi composto em Montserrat, corpo 12 e impresso em
papel couchê 170g pela Gráfica Êxito, em Fortaleza/CE.





*TRIBUNAL DE CONTAS
DO ESTADO DO CEARÁ*